

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Nubia Alaine Costa Lorenzoni

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO EX FAVELADO:
o caso da política habitacional de Belo Horizonte**

Belo Horizonte
2016

Nubia Alaine Costa Lorenzoni

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO EX FAVELADO:
o caso da política habitacional de Belo Horizonte**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Especialização em Políticas Públicas, do Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em Políticas Públicas.

Orientador: João Gabriel Teixeira

Belo Horizonte
2016

Nubia Alaine Costa Lorenzoni

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO EX FAVELADO:
o caso da política habitacional de Belo Horizonte**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Especialização em Políticas Públicas, do Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em Políticas Públicas.

Prof. Dr. João Gabriel Teixeira – UFMG (Orientador)

Prof^a Dr. Ana Marcela Ardila Pinto – UFMG (Banca examinadora)

Belo Horizonte, 19 de setembro de 2016.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer aos moradores entrevistados, os quais ofereceram suas percepções das relações nos territórios de origem – Vilas Novo São Lucas e Nossa Senhora da Conceição – e destino – conjuntos habitacionais –, a partir das quais pode-se entender melhor suas imagens construídas.

À coordenação do Programa Vila Viva, vinculada à URBEL, cuja disponibilização dos áudios das entrevistas foi fundamental para que o material somado às indagações emergentes do trabalho de campo resultassem no presente trabalho.

À empresa Cobrape, com a qual eu tive a oportunidade de participar das entrevistas que me inspiraram na elaboração dessa pesquisa.

À minha mãe, que esteve presente em todos os momentos desse percurso, me apoiando de todas as maneiras possíveis, diariamente.

Aos colegas de trabalho e amigos por me incentivarem intelectualmente, com a contribuição de ideias para desenvolver o projeto de pesquisa; com bibliografias indicadas e emprestadas.

Ao meu orientador, pela confiança, por compartilhar seus conhecimentos, indagações e descobertas desse trabalho.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Foto aérea do Aglomerado da Serra/limites entre as vilas..... | 21 |
| Figura 2 - Vista da Vila Cafezal, a partir da Vila Novo São Lucas..... | 22 |
| Figura 3 - Vista parcial da Vila Nossa Senhora da Conceição e do bairro Serra em segundo plano..... | 23 |
| Figura 4 - Ocupação em pontos de alta declividade na Vila Novo São Lucas..... | 23 |
| Figura 5 - Conjunto habitacional Rua União/Herval em primeiro plano e a Vila Nossa Senhora da Conceição ao fundo..... | 33 |

SIGLAS

FJP - Fundação João Pinheiro

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

OP - Programa Orçamento Participativo

PMH - Política Municipal de Habitação

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROFAVELA - Programa Municipal de Regularização de Favelas

PTTS - Projeto de Trabalho Técnico Social

TTS - Trabalho Técnico Social

UDH - Unidades de Desenvolvimento Humano

UH – Unidade Habitacional

URBEL - Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 7 |
| 2. URBANIZAÇÃO DESIGUAL NO BRASIL E A MORADIA..... | 10 |
| 2.1 As favelas cariocas: construções sociais em torno de sua imagem..... | 13 |
| 2.2 As ocupações em Belo Horizonte..... | 16 |
| 2.3 As políticas públicas: nova postura no atendimento à demanda por melhores condições de vida da população favelada e o Programa Vila Viva..... | 19 |
| 2.4 Representações sociais: imagens construídas de si e dos outros..... | 24 |
| 3. RECONSTRUINDO PROCESSOS..... | 30 |
| 3.1 Procedimentos metodológicos..... | 30 |
| 3.2 Da casa ao apartamento: imagens das Vilas e as relações no território..... | 32 |
| 3.3 Imagens nos conjuntos habitacionais: a nova condição de moradia..... | 40 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 44 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 47 |
| ANEXO..... | 49 |

1. INTRODUÇÃO

A experiência profissional desenvolvida no âmbito da política urbana habitacional no município de Belo Horizonte me possibilitou a observação de algumas experiências do processo de remoção e reassentamento implementados pelo poder público.

Esses projetos são numerosos e as experiências são distintas devido a fatores como o local de *origem*, assim denominada a área que sofre a intervenção pública e, portanto, a remoção das famílias; o local de *destino*, como consequência, onde as famílias são reassentadas; a trajetória dos reassentados, ou em outras palavras, a política pública pela qual foram realocados, com relevância dos conjuntos habitacionais. Contudo, podemos verificar situações que se repetem nesses empreendimentos, apesar das diferenças citadas, como por exemplo, as contradições trazidas nesse processo em termos da localização social dos sujeitos.

Os conjuntos habitacionais são soluções encontradas para prover moradia à população mais vulnerável economicamente. O processo de urbanização brasileiro resultou em um intenso movimento migratório para os centros urbanos, não sendo acompanhado por uma estrutura produtiva que proporcionasse uma distribuição de renda mais igualitária. As famílias de baixo ou nenhum poder aquisitivo se dirigiram à ocupação de áreas cuja infraestrutura era insatisfatória aos olhos do mercado imobiliário.

Esse lugar de moradia tido como indesejado e inadequado, como um padrão estabelecido, gera um imaginário coletivo cujas imagens são construídas com base em elementos também indesejados: lugar da marginalidade, dos vícios, da doença, isto é, onde se encontram as “*classes perigosas*” (VALLADARES, 2005). Ao longo do tempo, outros elementos se somam às representações sociais da favela e seus moradores, chegando aos dias de hoje.

O preconceito que emerge dessa construção reflete na consciência dos sujeitos estigmatizados – os favelados – uma vez que ela é moldada pelas expectativas da sociedade (BERGER, 2001).

O presente trabalho trata de um exercício de análise das imagens construídas de moradores e seus locais de moradia, em especial, famílias moradoras do Aglomerado da Serra, no município de Belo Horizonte, que vivenciaram um processo de realocação involuntária. A intenção desse estudo é verificar se as imagens que alguns moradores têm de si e dos outros se transformam ao serem transferidos para conjuntos habitacionais em áreas de transição, entre a favela e o bairro. Os conjuntos habitacionais devem ser aqui ressaltados, pois além de se situarem próximos a bairros, ou antes, áreas reconhecidas como formais pela

administração municipal, requer adoção de novas práticas e atitudes, tratando-se de uma reinserção social dos moradores, por meio de uma política pública urbana habitacional.

Para alcançar os objetivos aqui esboçados, recorreremos à literatura pertinente aos estudos do processo de urbanização brasileiro com os autores Faria (1988) e Rolnik (2002); e a questão da moradia na cidade com Guimarães (1991). Para focalizar a temática da favela, foi utilizada Valladares (2005) com sua vasta bagagem acerca do surgimento da favela carioca e as representações sociais desse *locus* no meio urbano. No que se refere ao caso específico de Belo Horizonte, Guimarães (1992) e outras autoras que se inspiraram nela como Filgueiras (2009) e Costa (2011) expõem a formação das ocupações espontâneas, inerente ao processo de construção da nova capital de Minas Gerais. Berger (2001) nos auxiliará a compreender como a localização social do indivíduo implica seu fazer e ser, e conseqüentemente, como o processo de reinserção social se dá com moradores que se encontram relocados involuntariamente em conjuntos habitacionais.

À luz da teoria serão analisados os dados empíricos coletados junto a algumas famílias reassentadas em prédios de apartamentos, ação inserida no escopo do contrato social firmado entre empresa prestadora de serviço – Cobrape – e prefeitura, por meio do órgão executor, Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL). As entrevistas foram cordialmente cedidas pela coordenação do Programa Vila Viva do Aglomerado da Serra, embora executadas pela equipe de Monitoramento e Avaliação da empresa Cobrape, na qual eu fazia parte.

Trata-se de um estudo de caso, exploratório, que exige continuidade para maior abrangência e profundidade de informações produzidas, tendo em vista o pequeno número de moradores entrevistados e utilizados nesse trabalho.

Assim, o documento divide-se da seguinte maneira: o capítulo 2 se refere ao processo de urbanização brasileira que implicou segregação espacial e como símbolo, pode-se identificar a moradia na cidade. A temática da favela inicia-se pela carioca, para tecer as imagens criadas socialmente acerca desse lugar para posteriormente entendermos as ocupações em Belo Horizonte que continuam sendo consideradas locais de diferenciação na cidade, apesar de investimentos públicos estruturais. A construção das imagens ou representações sociais contribui para discutir como a localização social implica no fazer e no ser do indivíduo, pré definindo o que ele pode fazer e esperar da vida e essa relação à identidade do sujeito.

O capítulo 3 preconiza os percursos construídos, seja na metodologia traçada para proporcionar a coleta de dados, onde se ressalta a utilização de dados empíricos

disponibilizados pelo Programa municipal, seja no transcurso dos moradores entrevistados, cujas narrativas ressaltam as imagens que possuem de si e dos outros e suas possíveis transformações após reinserção social por meio dos empreendimentos do Programa Vila Viva.

O capítulo 4 destaca os achados na pesquisa e aponta para as contradições que perpassam a dimensão das representações sociais, uma vez que a transferência para conjuntos habitacionais – em um novo contexto social – gera expectativas de adequação aos novos papéis sociais e novas identidades, mas se trata de um processo que não percorre um sentido único, pois se constitui de múltiplas lógicas.

2. URBANIZAÇÃO DESIGUAL NO BRASIL E A MORADIA

O processo de urbanização no Brasil ocorre a partir de meados do século XX e se trata de um processo veloz e profundo. O século XX foi testemunha da transição de um país predominantemente rural, cujo dinamismo se devia à exportação de produtos primários de base agrícola para uma sociedade urbano-industrial complexa. A industrialização ganha impulso nos anos 30, substituindo as importações inicialmente de bens de consumo e posteriormente de um parque produtor de meios de produção (Singer, 1991). Mas é nos anos 50 que a industrialização se expande de forma decisiva no país, de maneira a modificar seu perfil econômico e social.

Os fluxos migratórios de indivíduos com origem nas zonas rurais, atraídos para os centros industriais pelos empregos gerados e a promessa de melhores condições de vida, levaram à proliferação de ocupações espontâneas, uma vez que o processo é caracterizado pelo acesso desigual aos bens e serviços presentes na cidade. Devido à falta de recursos para a aquisição de moradia em locais regularizados e, por outro lado, à insuficiência de políticas públicas de habitação popular por parte do poder público, os segmentos da população de baixa renda foram atingidos com maior intensidade.

Faria (1991) ressalta dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para demonstrar a profundidade da transformação social provocada pela mudança no modo de produção brasileiro. Em 1950, a população urbana brasileira alcançava 36% da população total, ao passo que em 1980, isto é, 30 anos depois, chegava aos 68%. Para o autor, o processo de urbanização acelerado no Brasil apresenta uma dupla característica: 1) em termos de tamanho, concentra grandes contingentes de habitantes em um pequeno número de cidades grandes ou regiões metropolitanas – São Paulo e Rio de Janeiro; 2) fomenta o aumento da população urbana em cidades de diferentes tamanhos cujo número é grande e crescente.

As complexas mudanças ocorreram na estrutura produtiva tanto na cidade, quanto no campo. Na cidade, identifica-se a expansão do setor de bens de consumo duráveis para o mercado interno, complementada pelo crescimento da indústria de bens intermediários e de capital. No campo houve dinamização em algumas regiões e estancamento em outras, gerando os movimentos migratórios para as cidades e transformando as relações de trabalho nas áreas rurais.

A expansão capitalista no Brasil propiciou aumento contínuo de relações de trabalho assalariadas; a constituição de um mercado nacional unificado de trabalho e bens, embora fragmentado e criou um volume grande de novos empregos. Contudo, houve expansão

também dos subempregos ou “*múltiplas formas de organização da produção intensivas em trabalho, com reduzida densidade de capital por trabalhador e de baixíssima produtividade*” (FARIA, 1991, p 105).

Portanto, a expansão capitalista desigual redundou em distribuição de renda também desigual. A resultante estrutura social urbana é composta por estratos ocupacionais pouco numerosos de alta renda e poder de compra, além de grande influência política e social; estratos relevantes envolvidos nos setores produtivos mais modernos e dinâmicos; e por um contingente enorme de subempregados pobres (FARIA, 1988).

Em finais do século XX, na década de 1970, o paradoxo da dispersão das pessoas entre as cidades e a concentração das atividades mais dinâmicas e modernas em certas regiões e centros urbanos, expressa a organização espacial heterogênea do sistema de cidades (FARIA, 1988) e mesmo dentro das cidades, verifica-se o aprofundamento da segregação espacial e torna-se disseminada a existência de periferias urbanas, haja vista sua ocorrência anterior restrita aos grandes centros.

O planejamento urbano, projetos e políticas públicas não são elaborados ao acaso; podem ser direcionados tanto para a inclusão, quanto voltar-se para a exclusão social, segundo Rolnik (2002). Para a autora, a política urbana implementada no país é em si mesma excludente e perpetuadora de privilégios e desigualdades. As cidades brasileiras apresentam como característica o contraste visível entre sua parte urbanizada e aquela cujo investimento urbano é precário e insuficiente, como no caso de Belo Horizonte – o contraste entre o centro e a periferia da região metropolitana. A situação de exclusão territorial “*é muito mais do que a expressão da desigualdade de renda e das desigualdades sociais: ela é agente de reprodução da própria desigualdade*” (ROLNIK, 2002, p. 2).

Assim, áreas com infraestrutura urbana, providas de serviços públicos sociais, atraem indivíduos cujo poder aquisitivo possibilita seu acesso, mas àqueles pertencentes às classes menos favorecidas são relegadas áreas sem infraestrutura, indesejadas pelo mercado imobiliário ou ambientalmente frágeis. A autora chama a atenção para essa forma de ocupação precária, longe dos centros urbanos ou em áreas de risco de inundação ou erosão, que podem causar o caos na mobilidade urbana – pois distante dos centros de geração de emprego – e desastres naturais com consequências para toda a cidade, isto é, o “*urbanismo de risco*” (ROLNIK, 2002).

Já Guimarães (1991) chama atenção para a dinâmica das relações entre Estado e as classes trabalhadoras no que se refere à moradia. A autora tece uma análise sobre a moradia do trabalhador, que ocorreu inicialmente com as iniciativas privadas, em maneira geral, seja

no Brasil ou em outros países. Os donos das indústrias construía vilas operárias com o objetivo de atrair e fixar mão de obra próximo às fábricas, com o lema “*transformar cada trabalhador em proprietário da sua moradia*” (GUIMARÃES, 1991, p. 13).

A autora recorre a autores de diferentes matrizes ideológicas para embasar seus argumentos. Guimarães cita particularmente Lojkine (1981) e Castells (1983). Para eles, a transição da provisão da moradia para o trabalhador da iniciativa privada para o Estado acontece a partir do momento que se torna economicamente desestimulante para o primeiro. A perspectiva então adotada é da política de provisão de moradia como o resultado das relações sociais conflitantes entre os segmentos envolvidos e a negociação dos diferentes interesses. Ainda segundo Guimarães (1991) a política habitacional é uma maneira de o Estado manipular ideologicamente a questão da moradia, utilizando-se de valores, hábitos e atitudes para moldar o trabalhador e sua família segundo padrões de comportamento tidos como desejáveis pela sociedade. A manipulação da ideologia refere-se à captura da representação simbólica – valores e imagens compartilhados –, utilizada de maneira estratégica por grupos e instituições.

Existem representações simbólicas, ou seja, conjuntos de valores, crenças e significados que envolvem a moradia. Um aspecto dessa representação é o significado que a moradia tem para o ser humano enquanto espaço social. Nessa perspectiva, a casa é o lar, abrigo, refúgio, local “sagrado” da constituição e existência da família, onde as pessoas expressam sua individualidade, ainda que sujeita ao controle da sociedade mais ampla. A inviolabilidade é garantida por lei e ela representa uma forma de identidade que localiza sócio-espacialmente os indivíduos frente a si mesmos, à família, à vizinhança e à sociedade (GUIMARÃES, 1991, p. 23).

Para além da necessidade de abrigo, a moradia tem seu significado ideológico da moradia própria, que representa uma lógica de mercado (armazenar capital) e uma lógica simbólica no âmbito da autoimagem, da realização, do respeito. Aqui também é suscitada a ideia da pessoa responsável pela família, ou chefe de família, a qual tem o papel de garantir, entre outros, o acesso de sua família à casa própria.

Assim, para a construção de um modelo de sociedade e o controle do comportamento das classes menos favorecidas, isto é, um público bem definido, o Estado estabelece modelos – de casa, da forma de morar, da família que deve ocupá-la – para induzir indivíduos e famílias na adoção do comportamento segundo um projeto de organização social desejável, ou a uma determinada moralidade. Dessa maneira, a política de habitação, traduzida na moradia, é colocada como instrumento de disciplina.

Reiterando, a política é resultado da interação entre os agentes envolvidos e, portanto, recebe contrapartida de seus receptores, redefinindo-a ao longo da história: favelas e loteamentos clandestinos se configuram como contraponto à imposição do modelo desejado.

2.1 As favelas cariocas: construções sociais em torno de sua imagem

A análise da habitação popular nas favelas ganha destaque a partir do caso do Rio de Janeiro. Valladares (2005) faz um apanhado histórico da *invenção* da favela especificamente do Rio de Janeiro, por meio das imagens criadas socialmente, isto é, as representações sociais desse *locus* no meio urbano. Para a autora, as imagens criadas por escritores, jornalistas, engenheiros, médicos entre outros atores e meios, ao longo da primeira metade do século XX influenciaram as imagens construídas na segunda metade do mesmo século.

No Rio de Janeiro do século XIX, os cortiços eram considerados o *locus* da pobreza, local de habitações precárias onde viviam aqueles despossuídos economicamente, entre os quais, trabalhadores, vagabundos e malandros, considerados as “*classes perigosas*” (VALLADARES, 2005). Eram vistos como aqueles que ameaçavam a ordem social e moral, pois propagavam o vício e a doença. O discurso médico higienista em voga à época os condenava, justificando ações no âmbito do poder público municipal para erradicar essa forma de habitação popular.

No início do século XX, uma reforma urbana promovida pela prefeitura com o objetivo de “*sanear e civilizar a cidade*” (VALLADARES, 2005) extinguiu os cortiços e levou sua população a procurar novos espaços de moradia: os morros cariocas. Contudo, foi a partir da ocupação dos morros pelos soldados que vieram da Guerra de Canudos¹ que se dá o mito fundador da favela.

Para a autora, a construção das representações sociais da favela tem origem nos relatos descritivos e imagens narradas por escritores e jornalistas da época. A Guerra de Canudos, descrita por Euclides da Cunha no livro *Os sertões*, teve um papel fundamental para essa construção. As similaridades das habitações e seus moradores no contexto de Canudos e nas áreas ocupadas dos morros cariocas contribuíram para interpretar a emergência das favelas.

Os combatentes da guerra vieram para a capital federal, à época presidida no Rio de Janeiro, desmobilizados da guerra. Não havendo lugar de moradia acessível, ocuparam o Morro da Providência, cujo nome se transformou em Morro da Favela.

¹ Entre 1896-1897, no agreste baiano na cidade de Canudos, as tropas do governo da República recém-constituída foram enviadas para destruir o povoado formado por um líder religioso-carismático.

Jornalistas e observadores elencaram vários fatores análogos entre ambos os locais, entre eles a topografia com difícil acesso; o lugar árido e hostil; propriedade coletiva da terra em oposição à propriedade privada; ausência da atuação do Estado; o comportamento dos indivíduos condicionado pelo espaço (promiscuidade e desemprego), mostrando a influência do livro de Euclides da Cunha sobre os primeiros observadores da favela.

As representações criadas dos morros cariocas remetia-os ao oposto da ordem urbana e social estabelecida, como um mundo atrasado, habitado por “selvagens”, ou melhor, um “*outro mundo*” (VALLADARES, 2005). A oposição cidade e favela é construída e justifica a necessidade do distanciamento desta para atingir a civilização, e para tanto, a favela foi transformada em problema que deveria ser solucionado.

À construção das imagens da favela somam-se discursos e práticas de engenheiros e médicos. Nas primeiras décadas do século XX a população do Rio de Janeiro cresce a uma velocidade maior do que a construção de moradias alcançava. As moradias populares adensadas se tornaram alvo de campanhas higienistas. Para esses profissionais, os problemas, ou a origem das doenças que contaminavam a cidade provinha dos locais cujas casas eram insalubres. Este meio ambiente era a fonte dos males físicos e morais dos seres humanos e, portanto, deveria ser combatido, pois visto como oposto à regulação da cidade.

Um momento novo nas representações emerge no período getulista. Conhecido como pai dos pobres e das leis sociais no Brasil, Getúlio Vargas permanece com o discurso higienista, com um adicional de que as doenças propagadas pelas más condições de higiene das moradias populares acarretavam trabalhadores revoltados e preguiçosos. Porém ao contrário da solução de destruição anteriormente proposta, ele reconhece as favelas e a necessidade de melhorar as condições de vida de seus moradores (VALLADARES, 2005). A propriedade da casa e alimentação adequada eram os anseios dos trabalhadores, segundo seu regime.

O reconhecimento das favelas traz consigo a necessidade de administrá-las e para tanto, de conhecê-las. A década de 1940 instaura o início do período das pesquisas oficiais que permitissem caracterizar condições de moradia, indivíduos e suas famílias para uma gestão mais eficaz da pobreza e seus espaços. O recenseamento da população em 1950, pelo IBGE, foi um marco nas representações sociais da favela carioca, pois definiu a categoria favela que foi adotada a nível nacional e apontou resultados da população diferentes das representações construídas anteriores – identificou-se a população composta em sua maioria pelos nascidos no estado do Rio de Janeiro e predominantemente trabalhadores.

Assim, o trabalho intelectual ganha relevância e outra pesquisa realizada nos anos finais da década de 1950 sobre as favelas do Rio de Janeiro obteve grandes repercussões políticas. Seus resultados implicaram nova representação das favelas: as favelas e suas populações não são homogêneas, “*não constitui um mundo à parte, seus habitantes são pobres como outros pobres, eles mesmos vítimas do clientelismo político*” (VALLADARES, 2005, p. 103). A partir desse enfoque e da solicitação de organização formal dos moradores para um diálogo mais qualificado com o poder público, as favelas passam a ser consideradas bairros pobres que deveriam ser urbanizados, para a elaboração de políticas públicas.

Valladares (2005) também aponta para a contribuição da ala progressista da Igreja Católica que auxiliou no reconhecimento político da favela. A nova construção da ideia de favela se dá a partir da sua promoção ao status de comunidade e seus moradores como sujeitos políticos potencialmente autônomos, com direitos de acesso aos serviços públicos básicos, rompendo com a visão negativa da favela e o posicionamento clientelista e assistencialista anteriormente adotados.

Todas essas construções influenciaram e contribuíram para o imaginário coletivo das favelas na segunda metade do século XX, quando a favela se transforma do problema para a solução do espaço urbano, pois é o local de moradia para as camadas populares. Ela se torna objeto de análise das ciências sociais e se insere na agenda universitária, com repercussão no agir político. A nova fase de produção das representações sociais perpassa temas como a pobreza urbana, causada pelo crescimento urbano explosivo e a exclusão social.

A produção acadêmica sobre o lugar de pesquisa que se transformou a favela, em especial a partir da década de 1970, compartilha consensualmente características desse *locus* que permite a enumeração de verdades ou “dogmas”, segundo Valladares (2005). A primeira delas seria sua especificidade, cuja forma de ocupação do solo e do espaço urbano, estética incomum, indicadores demográficos abaixo da média da cidade e uma cultura própria constituem sua identidade, revivendo o discurso higienista de que o ambiente – favela – condiciona o comportamento de seus moradores.

A segunda verdade se refere à favela como o território urbano dos pobres ou o lugar da pobreza, representação antiga, da época das demolições dos cortiços no Rio de Janeiro, cujo objetivo era acabar com o local dos pobres. Como local segregado socioespacialmente nas grandes cidades nacionais, isto é, lugar da exclusão social, simboliza o território dos problemas sociais. A autora ressalta a ênfase da representação quando o favelado, morador da favela, se torna uma marca que extrapola os limites desse território urbano e se direciona ao habitante de qualquer lugar social marcado pela pobreza e pela ilegalidade.

E por fim a terceira verdade é a visão da unidade da favela, ou seja, ela é pensada como um bloco unitário, homogêneo, desconsiderando sua singularidade e a diversidade entre elas. Tanto no plano político, quanto no científico, as favelas cariocas são reduzidas a ocupações ilegais dos morros, cujos espaços são subequipados e compostos pela população pobre da cidade, redundando na dualidade cidade *versus* favela do discurso do início do século XX.

A partir desse apanhado histórico da construção das representações sociais das favelas do Rio de Janeiro, vamos nos ater à formação das favelas de Belo Horizonte. O histórico da formação das favelas em Belo Horizonte é mais recente se comparado ao histórico do Rio de Janeiro e cabe aqui identificá-lo para entendermos melhor a imagem do favelado a partir de um local específico do município mineiro e de seus moradores, considerando a diversidade da favela, embora como visto, as imagens construídas permaneçam retratando o *locus* favela como homogêneo, específico da exclusão social, precariedade e da pobreza.

2.2 As ocupações em Belo Horizonte

A origem da formação das ocupações em Belo Horizonte remonta aos tempos de seu planejamento como cidade, pois foi projetada para ser o centro administrativo e político, a moderna capital de Minas Gerais, como reflexo da recente ordem estabelecida – a República. No projeto de Aarão Reis, destinado a 200 mil habitantes, a área urbana destinada aos funcionários públicos, a alguns comércios e à elite mineira localizava-se dentro do círculo que os isolava – Avenida do Contorno – enquanto a área suburbana e rural – a primeira para os operários e a segunda para o abastecimento da cidade – encontrava-se fora desse limite. Não houve a implantação de infraestrutura básica na área destinada aos operários que vieram compor a mão de obra na construção da capital, de maneira que os primeiros registros de invasão ocorreram ainda no século XIX, quando da construção da cidade (COSTA, 2011; FILGUEIRAS, 2009; GUIMARÃES, 1991; GUIMARÃES, 1992). Isto é, o fenômeno da favela surge durante a construção da cidade e perpassa pela história de Belo Horizonte: “*A formação de favelas, o crescimento desordenado (sic) da periferia, os loteamentos e as construções clandestinas constituem as principais características da dinâmica do desenvolvimento da cidade desde a época de sua fundação*” (GUIMARÃES, 1991, p.1).

A autora ressalta a peculiaridade de Belo Horizonte. Por se tratar de uma cidade planejada, o poder público desempenhou papel preponderante no processo de ocupação do solo, ou, em outras palavras, a emergência e desenvolvimento de problemas urbanos, aqui

ressaltada a moradia, é resultado do planejamento da cidade. A especulação imobiliária, também causada pelo poder público, teve início com a distribuição dos terrenos públicos para o setor privado, devido a pressões provocadas por grupos de Ouro Preto, contrários à transferência da capital. O alto valor dos terrenos na zona central e imediações ocasionou invasões e ocupações irregulares.

Inicialmente tolerada pelo poder público municipal, as ocupações irregulares que conformaram as primeiras favelas de Belo Horizonte passaram a ser indesejadas no centro urbano, quando a proximidade da mão de obra não mais interessava, além da valorização dos terrenos. A população trabalhadora e pobre não poderia permanecer na área nobre, pois não condiria com o modelo da nova capital que deveria abrigar as elites, expulsando essa população para a periferia sem a preocupação de planejamento para essa região. O modelo de ocupação ilegal do solo da cidade urbana, baseado mais uma vez na segregação, permitia a ocupação da população de baixo poder aquisitivo – as favelas – enquanto fosse útil para o processo de construção da capital, ou até a região se tornar alvo para o mercado imobiliário.

Mas as ações do poder público em relação à tentativa de impor um modelo segregado de ocupação do solo da capital passaram por transformações ao longo da história, devido à interação com as classes trabalhadoras que lutam pela ocupação do espaço. Com o passar do tempo, as ocupações irregulares que eram encaradas como um problema de polícia são assumidas como questão social, entrando na agenda política como objeto de políticas específicas (Guimarães, 1991).

Nas primeiras décadas da capital, a remoção das favelas para as regiões mais afastadas do centro foi à tônica da ação pública para que a cidade mantivesse seu caráter urbanístico moderno e higienista – embora não houvesse registro de epidemias no então recém-criado centro urbano (FILGUEIRAS, 2009).

O *boom* migratório ocorrido na metade do século XX no país de uma maneira geral, devido ao processo de industrialização no qual os centros urbanos atraíram grande número de famílias com a promessa de uma vida melhor, acelerou o inchaço dos grandes centros urbanos, entre eles, Belo Horizonte. Os locais já ocupados desordenadamente, sem investimento público no que se refere à infraestrutura e serviços básicos, experimentaram processos que agravaram suas condições já precárias de moradia.

Guimarães (1992) lembra que nesse período, meados da década de 1950, o poder público municipal assume a questão das favelas como um problema social, a partir do qual se tornaria objeto de políticas públicas, e destina um órgão como responsável pelas ações em âmbito municipal. A proposta era realizar remoção das famílias perante construção de

moradias para a transferência das mesmas, contudo, na prática, o procedimento continuou sendo o descaso com as famílias já em situação de vulnerabilidade.

Durante o período de ditadura militar no país, a participação política expressa nos movimentos associativos cuja luta defendia os interesses da população favelada foi cerceada, o movimento reprimido e a prática das remoções se deu em um volume maior.

Um novo posicionamento ganha espaço a partir da reabertura política e retomada da articulação dos movimentos organizados de moradores. Guimarães (1992) aponta os avanços na esfera política, com programas voltados à urbanização e regularização do solo, destacando-se o Programa Municipal de Regularização de Favelas (PROFAVELA). O PROFAVELA é considerado o marco do reconhecimento, pelo poder público, do direito que os moradores das favelas têm em residirem nesses locais. Para a implantação do Programa criou-se o órgão da prefeitura que assumiria os assuntos relacionados à favela: URBEL.

Segundo a autora, nessa época há avanços concretos na melhoria das condições de vida nas vilas e favelas de Belo Horizonte, sem alcançar sua real inserção na malha urbana², uma vez que continuam sendo locais de diferenciação na cidade.

Se houve uma melhoria nos padrões de urbanização e atendimento de serviços básicos, se o programa de regularização de áreas e de titulação prossegue, ainda que lentamente, garantindo a propriedade, todas essas ações, no entanto, não foram capazes de promover a integração das áreas de favela à malha urbana. Estas continuam sendo diferenciadas, especialmente as localizadas na zona sul da cidade e, cada vez mais, identificadas como áreas de criminalidade. Hoje faz parte da história das grandes cidades brasileiras a utilização das favelas como redutos do tráfico de drogas e abrigo de quadrilhas, sofrendo seus moradores uma dupla pressão - a dos marginais que ali vivem e da polícia que realiza "batidas no morro" à procura de bandidos (GUIMARÃES, 1992, p.16).

Somado à discriminação já existente quanto ao local favela e às pessoas que lá residem, o fator criminalidade é introduzido ao cenário, aumentando a segregação, a discriminação, o estigma desse local e de seus moradores.

2.3 As políticas públicas: nova postura no atendimento à demanda por melhores condições de vida da população favelada e o Programa Vila Viva

Com a mobilização nacional em torno da construção da Constituição Federal de 1988, o movimento pela Reforma Política trouxe à tona a problemática urbana “*com o objetivo de*

² Há outra discussão na qual a favela é um território integrado ao tecido urbano, sem os critérios hegemônicos estabelecidos definidos pelo Estado e pelo mercado como um modelo de ocupação e uso do solo nas cidades (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2009).

institucionalizar a regulamentação das relações entre os diversos agentes produtores da cidade, garantindo a democratização do acesso à cidade e à gestão urbana” (GUIMARÃES; TEIXEIRA, 1996, p. 3).

Em consonância com as discussões nacionais sobre os problemas encontrados nos centros urbanos, a Política Municipal de Habitação (PMH) foi criada em Belo Horizonte em 1993, sob um governo de ideologia de esquerda, a Frente BH Popular, para enfrentar o significativo déficit habitacional, somado à grande quantidade de famílias residindo em moradias precárias em termos de habitabilidade.

Filgueiras (2009) contextualiza as conquistas alcançadas no âmbito municipal na década de 1990, em específico nos territórios de vilas e favelas. A legislação aprovada nesse período, após a instituição do Plano Diretor (Lei 7.165/96) do município, que estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e o uso do solo, a Lei Nº 7.166/1996 trata da divisão do território municipal em zonas segundo finalidades, seja de preservação ou proteção, seja de restrição no adensamento, ou passível de ser adensada. O direito à cidade para a população favelada é reafirmado com a promulgação dessa lei e suas alterações Leis Nº 8.137/2000 e Nº 9.959/2010, que acrescenta “*Parágrafo único – As ZEIS³ ficam sujeitas a critérios especiais de parcelamento, ocupação e uso do solo, visando à promoção da melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e à sua integração à malha urbana*” (BELO HORIZONTE, 1996, artigo 12).

Houve avanços também na inclusão da população na tomada de decisões sobre as melhorias necessárias em seus territórios, por meio das decisões orçamentárias compartilhadas entre poder executivo e sociedade organizada, com o Programa Orçamento Participativo (OP).

Ao longo dos anos, as obras de urbanização implementadas pelo OP deram lugar ao Programa Vila Viva. Este, por sua vez, consiste na “*Intervenção Estrutural em Assentamentos Precários*” (AFONSO; MAGALHÃES, 2013), isto é, ao contrário das ações pontuais e emergenciais, são ações para a transformação física, ambiental e social profunda no território, a partir de abertura e/ou urbanização de vias; implantação de redes de esgotamento sanitário, de drenagem e de abastecimento de água; consolidação geotécnica; remoção e reassentamento de famílias; regularização fundiária e a promoção do desenvolvimento socioeconômico da

³ São as áreas ocupadas de maneira desordenada por população de baixa renda, nas quais há interesse do poder público de promover programas de urbanização e regularização fundiária, urbanística e jurídica (ZEIS-1) ou áreas sobre as quais o poder público tenha implantado conjuntos habitacionais de interesse social (ZEIS-3).

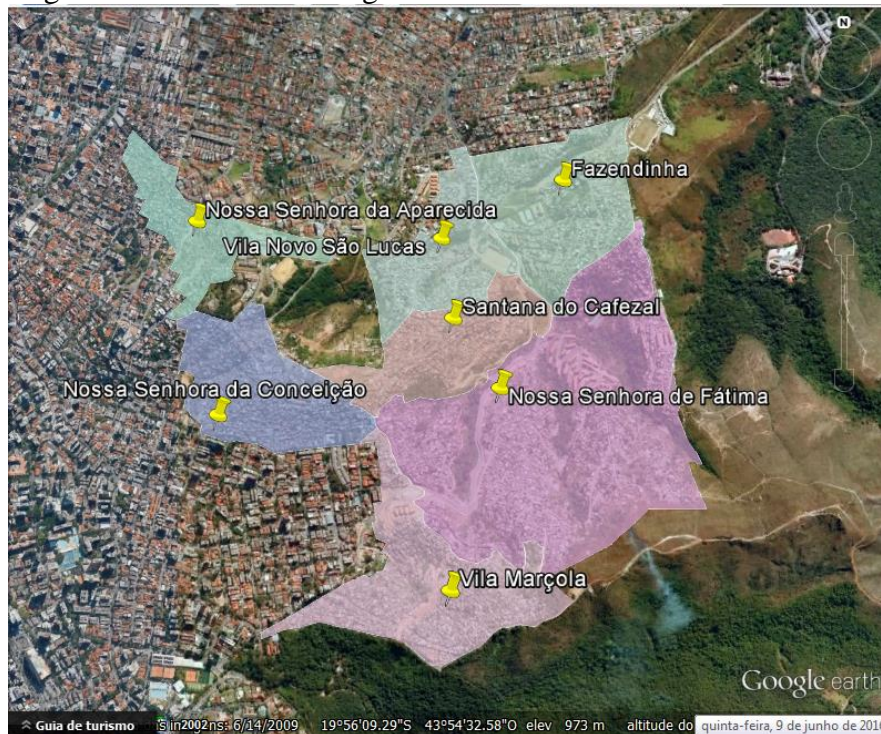
população residente local. Assim, o Programa almeja, em última instância, a melhoria das condições de vida da população.

Um total de 215 áreas de ocupação irregular no município já recebeu intervenções pelo Programa Vila Viva, segundo o levantamento de 2012 realizado pela URBEL e citado pelas autoras. Entre essas áreas, 185 são vilas e favelas; 23 são conjuntos habitacionais de interesse social construídos antes da PMH, já favelizados; sete assentamentos não possuem classificação prévia, com características de ocupação irregular. As ocupações reconhecidas pela URBEL chegam à 19% da população do município.

Uma das etapas de execução do Programa é o Acompanhamento Social e Desenvolvimento Comunitário, desenvolvido pelo Trabalho Técnico Social (TTS), cujas ações visam a promoção da autonomia e o protagonismo social das famílias envolvidas.

O primeiro Vila Viva implementado em Belo Horizonte tomou lugar no Aglomerado da Serra, em 2005. Considerado o maior aglomerado de favelas do município, o Aglomerado da Serra é formado por sete vilas – Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição, Santana do Cafezal, Novo São Lucas, Marçola, Vila Fazendinha – que estão situadas entre a encosta da Serra do Curral, próximo à divisa com o município vizinho de Nova Lima, e bairros que abrangem as regiões centro-sul, principalmente, e leste de Belo Horizonte.

Figura 1 – Foto aérea do Aglomerado da Serra/limites entre as vilas



Fonte: Elaborada pela autora a partir do Google earth, 2016

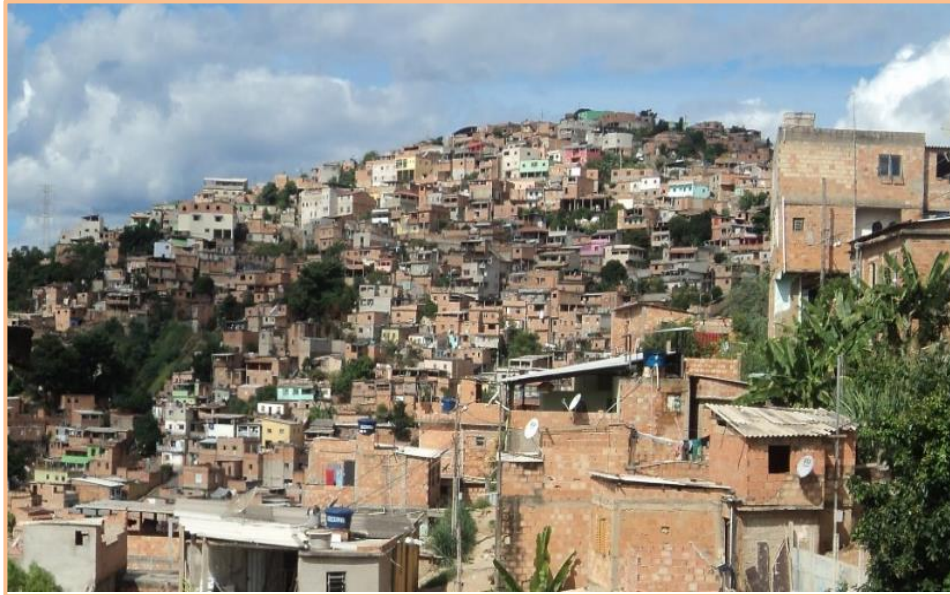
Seu território tem extensão de 1.470.483 m² e constitui-se de uma população de 38.232 habitantes, distribuída por 10.855 domicílios, segundo dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE (COBRAPE, 2015). As vilas diferem entre si no que se refere ao tempo de ocupação do território, organização interna, organização social, nível de identificação com o território, perfil socioeconômico de seus moradores (COMPANHIA URBANIZADORA E DE HABITAÇÃO DE BELO HORIZONTE, 2000; EVANGELISTA, 2012).

As carências vividas pelos seus moradores são evidenciadas pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que compõe o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP) realizaram esse esforço coletivo na construção do Atlas Brasil, em 2012. O IDHM mede os três fenômenos do IDH global, isto é, longevidade, educação e renda, baseados nos dados dos três últimos Censos Demográficos, adequando a metodologia global ao contexto brasileiro e aos indicadores nacionais disponíveis. O índice varia entre 0 e 1 e quanto mais próximo do valor 1, maior o desenvolvimento humano da área analisada.

O IDHM também foi calculado a nível intramunicipal das regiões metropolitanas brasileiras, denominadas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH). A UDH que representa o Aglomerado da Serra é a Santana do Cafezal cujo índice em 2010 apresentava o

valor 0,665, considerado médio. A título de comparação, a UDH Novo São Lucas/Serra, referente a bairros do entorno do Aglomerado, apresentava IDHM muito alto, de 0,939.

Figura 2 - Vista da Vila Cafezal, a partir da Vila Novo São Lucas



Fonte: Acervo Cobrape/2014

Nesse estudo vamos nos ater mais especificamente às vilas que fazem parte do escopo do Programa Vila Viva Aglomerado da Serra em sua segunda fase: Nossa Senhora da Conceição e Novo São Lucas.

A primeira, vila Nossa Senhora da Conceição, uma das vilas mais antigas do Aglomerado, deu início à sua ocupação nas primeiras décadas do século XX. Décadas se passaram até a implementação relativa dos sistemas de esgotamento sanitário e fornecimento de água, isto é, serviços básicos, acessados nas últimas décadas do século XX. Não obstante, em se tratando de uma vila mais antiga, seu território é mais consolidado em termos de infraestrutura e serviços se comparado às condições da vila mais recente, Novo São Lucas, cuja ocupação iniciou-se nos anos 1990. Em ambas, a combinação entre ocupação irregular e infraestrutura precária impulsionou uma organização da população na reivindicação por melhorias locais junto ao poder público.

Figura 3 - Vista parcial da Vila Nossa Senhora da Conceição e do bairro Serra em segundo plano



Fonte: Acervo Cobrape/2014

Os dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE identificaram para a Vila Nossa Senhora da Conceição 1.849 domicílios, onde residiam 6.225 pessoas, o que representa 16,3% da população total do Aglomerado. A vila ocupada mais recentemente, Novo São Lucas, era composta por 3.677 habitantes, distribuídos em 1.029 domicílios, somando 9,6% da população total do Aglomerado (COBRAPE, 2015).

Figura 4 - Ocupação em pontos de alta declividade na Vila Novo São Lucas



Fonte: Acervo Cobrape/2014

Esses territórios abrigaram as intervenções da segunda etapa do Programa Vila Viva, destinadas à implantação da Rua José Dirço, por meio do alargamento do beco na Vila Nossa

Senhora da Conceição, e à implantação de interceptores de esgoto para a preservação do parque Talvegue na Vila Novo São Lucas. Para a realização das obras, um número de 199 famílias vivenciaram o processo de realocização involuntária, acompanhadas pela equipe técnica social do Programa. Entre essas, 111 foram reassentadas em dois conjuntos habitacionais construídos em áreas limítrofes entre o território formal regularizado do município e o Aglomerado: o primeiro na Rua União, esquina com Rua Herval, com 32 unidades habitacionais e o outro na Rua F, com capacidade para 80 unidades.

Para entendermos sobre as representações sociais dos moradores das vilas em análise quanto à visão que possuem de si mesmos e dos outros e possíveis transformações devido ao novo *locus* de moradia – verticalizada – se faz necessário um entendimento maior sobre o que vem a ser essas imagens criadas socialmente.

2.4 Representações sociais: imagens construídas de si e dos outros

As representações sociais referem-se às imagens construídas socialmente, no entendimento de Valladares (2005) como exposto anteriormente, e dialoga com um dos autores de referência no desenvolvimento do conceito de representações sociais, Serge Moscovici. Para ele, as representações sociais são uma forma de conhecimento com o propósito de produzir comunicação e comportamentos entre os indivíduos, ou melhor,

são um sistema (ou sistemas) de interpretação da realidade, que organiza as relações do indivíduo com o mundo e orienta as suas condutas e comportamentos no meio social, permitindo-lhe interiorizar as experiências, as práticas sociais e os modelos de conduta ao mesmo tempo em que constrói e se apropria de objetos socializados (OLIVEIRA, 2004, p. 181).

Tais interpretações da realidade remetem ao local que o indivíduo ocupa na sociedade e, conseqüentemente, as identidades que assume. Dentro do âmbito da política urbana e habitacional que prevê o processo de remoção e reassentamento devido à implementação de obras públicas, as famílias que são diretamente afetadas por esse processo se deparam, muitas vezes, com uma reinserção no espaço urbano. O formato de reassentamento em unidades localizadas em conjuntos habitacionais traz consigo uma forma de moradia capaz de fornecer uma infraestrutura satisfatória em termos de habitabilidade.

Tais condições, a princípio, abrem portas a novas oportunidades de reinserção social na cidade, haja vista que o lugar que o indivíduo ocupa na estrutura social contemporânea

afeta o seu agir e inclusive o seu ser na sociedade. Para aqueles que vivem nas favelas não seria diferente.

Berger (2001) discorre sobre a localização social do indivíduo que implica no seu fazer e no ser. Se por um lado a sociedade age coercitivamente, oferecendo as regras e os papéis para que o indivíduo viva dentro de sua localização, como em um cárcere, por outro, o indivíduo aceita e deseja desempenhar e obedecer papéis e regras pré-estabelecidas.

Estar localizado na sociedade significa estar no ponto de interseção de forças sociais específicas. Geralmente quem ignora essas forças age com risco. A pessoa age em sociedade dentro de sistemas cuidadosamente definidos de poder e prestígio. E depois que aprende sua localização, passa também a saber que não pode fazer muita coisa para mudar a situação (BERGER, 2001, p.79)

Esse determinismo é interpretado pelo autor de maneira durkheimiana. A sociedade como fenômeno *sui generis* representa uma realidade que não pode ser reduzida e os fatos sociais são como “coisas”, objetivos e externos a nós. Isto significa que a realidade está colocada e as tentativas de se opor a ela serão em vão, uma vez que a localização pré determina e pré define o que se pode fazer e esperar da vida.

Berger (2001) considera que nas sociedades ocidentais contemporâneas, o tipo de estratificação ou sistema de hierarquias mais importante é o sistema de classes, segundo o qual critérios econômicos são determinantes para identificar a posição do indivíduo na sociedade. Verifica-se mobilidade social quando se pode nascer em uma classe e chegar à outra, que se torna mais relevante, apesar de sofrer influência da primeira. A partir dessa fluidez, há insegurança no processo, uma vez que o indivíduo pode “cair” para uma camada social mais baixa. Devido à instabilidade, os símbolos – forma de se comunicar e se portar, de se associar, opiniões, objetos que possui – referentes à posição na qual a pessoa se encontra são relevantes, pois por meio do seu uso a sociedade reconhece onde a pessoa chegou na escala social. Assim, “*a classe de uma pessoa determina certas possibilidades, ou oportunidades, quanto ao destino que a pessoa pode esperar ter na sociedade*” (BERGER, 2001, p. 92) e não se restringem aos aspectos econômicos. Cada classe exerce influência na formação da personalidade de seus membros desde o nascimento e, portanto, oferece experiências diferentes de viver em termos quantitativos e qualitativos.

Outro sistema de estratificação ressaltado por Berger é o sistema racial, o qual se sobrepõe ao sistema de classe por ser mais rígido, devido à natureza fixa desse sistema, isto é, a cor/etnia da pessoa. A localização racial do sujeito sofre grande influência negativa em

termos econômicos e reflete na mobilidade social, de modo que o indivíduo tem grandes chances de permanecer no seu estrato de nascimento, limitado segundo as condutas prescritas.

Ambos os sistemas formadores dos sujeitos, de classe e racial, quando não alcançam seus objetivos, ou melhor, quando seus membros adotam comportamentos desviantes ou dissonantes quanto ao esperado, a ação dos mecanismos de controle social se faz necessária, definidos por Berger como os vários meios utilizados por uma sociedade para ajustar seus membros desviantes (BERGER, 2001).

Assim, a localização do indivíduo na sociedade remete a sua localização às forças de repressão e coerção. A aceitação das regras pré-definidas se torna consenso geral de maneira que a dinâmica dos grupos nivela o comportamento desviante até alcançar o comportamento consensual por meio dos mecanismos de controle, seja através da persuasão, do ridículo, difamação, opróbrio, desaprovação, perda de prestígio, ostracismo, desprezo.

Berger utiliza a imagem de um conjunto de círculos concêntricos para ilustrar os vários sistemas de controle social nos quais estamos inseridos e entre eles estão o controle social do sistema político e legal; o econômico; o profissional; o da moralidade, costumes e convenções; círculo da família e dos amigos pessoais.

O primeiro se refere às regras gerais colocadas na sociedade, ou melhor, as leis e regulamentos que atingem todos os aspectos da vida dos sujeitos. O segundo, econômico, ameaça os rendimentos do sujeito ou o seu rebaixamento na carreira profissional, embora não esteja atrelado somente a questões profissionais. Os papéis ocupacionais contém códigos de conduta e são tão importantes quanto as competências técnicas e, portanto, não podem ser violados impunemente. O sistema de controle da moralidade, costumes e convenções coíbe o que consensualmente é definido como imoral, excêntrico e anticonvencional. O círculo da família e dos amigos pessoais é onde ocorre a vida privada do indivíduo, onde os laços sociais mais importantes se constroem. Esse círculo é importante, porque o indivíduo escolhe seus membros em “*atos de auto definição*” (Berger, 2001) e isto significa que esses membros sustentam os elementos mais importantes de sua autoimagem.

Em caso de falhas na aplicação dos métodos de controle acima pontuados, cujos fins e especificidade variam conforme o grupo, é permitido o uso da violência física como o recurso extremo de controle, quando desconsiderados os controles anteriores. O uso da força física é o alicerce supremo de qualquer ordem política que o utiliza com maior ou menor frequência.

O autor considera que se joga um jogo já definido antes dos atores entrarem em cena e para aprofundar no entendimento de como as estruturas sociais funcionam utiliza o conceito de instituição. Elaborado por Arnold Gehlen [195-?] e citado por Berger (2001), de acordo

com o conceito as instituições proporcionam os caminhos que padronizam a conduta humana e tipifica nossas ações, de maneira a serem estimadas pela sociedade. A aparente inevitabilidade dos caminhos tomados engana os atores e é nesse sentido que a estrutura institucional depende de fraude para se sustentar.

O outro lado do processo de elaboração do fazer e do ser, segundo o autor, é a aceitação e o desejo no desempenho e obediência às regras e papéis sob a estrutura pré-estabelecida. Para entender o processo Berger (2001) ressalta se tratar da internalização do mundo social quando se é criança, na primeira socialização do indivíduo e a cada inserção em novos contextos ou grupos sociais, o que justifica o funcionamento dos controles externos.

Para entender melhor “*a presença da sociedade no homem*” (BERGER, 2001) são utilizadas algumas teorias explicativas. Para auxiliar no entendimento da teoria do papel – de autoria de Cooley, Charles e Mead, George H. –, Berger utiliza o conceito de definição da situação. Esta é entendida como uma realidade estabelecida entre aqueles que a definem (THOMAS, W.I. apud BERGER, 2001, p. 97). Assim, cada situação é constituída de expectativas aos seus participantes, com as quais estes devem ajustar suas respostas. As respostas são aceitas dentro de uma margem de satisfação das expectativas, considerando as pressões exercidas no intuito de que as respostas sejam adequadas.

A partir desse conceito, o papel “*pode ser definido como uma resposta tipificada a uma expectativa tipificada*” (BERGER, 2001, p.108), remetendo à analogia de uma encenação de uma peça de teatro: a sociedade distribui os papéis que são assumidos pelos atores antes de entrarem em cena. Contudo, os papéis não contém apenas as ações dos atores, mas também emoções e atitudes.

Por se tratar de um processo inconsciente, o indivíduo incorpora o papel que desempenha, pois este abarca a construção da ação e do ator. Ademais, o papel implica certa identidade, o que significa que a identidade é concedida, mantida e transformada socialmente. Assim, a identidade não existe de maneira anterior, ela é “*atribuída em atos de reconhecimento social. Somos aquilo que os outros crêem que sejamos.*” (BERGER, 2001, p.113), uma vez que essa construção somente acontece na interação com outros sujeitos. Portanto, a identidade deve ser sustentada continuamente, para assegurar a autoimagem do indivíduo.

A identidade se relaciona aos sistemas de controle social quando estes geram identidade por meio de mecanismos. Berger ressalta o preconceito como um pré-julgamento que gera consequência tanto externa na vida do sujeito que sofre o preconceito, como interna, em sua consciência, pois esta, como já visto, é moldada pelas expectativas da sociedade, de

uma maneira que o sujeito reflete a imagem produzida pelo preconceito, ou melhor, se transforma naquilo que a imagem preconceituosa diz que ele é.

A caracterização depreciada do indivíduo é uma contribuição de Goffman (1988). Para ele, a sociedade determina meios de categorizar os indivíduos e seus atributos considerados comuns ou “naturais”. Por meio de expectativas que condizem com os atributos esperados o fazem, de modo a criar uma identidade social virtual do indivíduo. Contudo, se este não confirma as expectativas e não corresponde à categoria e aos atributos esperados, apresentando sua identidade social real, ele torna-se estigmatizado.

O estigma é a diferença específica entre a identidade social virtual e a identidade social real, mas mais especificamente, aquela incongruente com o estereótipo criado para certo tipo de indivíduo. O estigma, designado ao atributo profundamente depreciativo, é relacional, pois ao atribuí-lo a alguém, confirma-se a normalidade do outro. Portanto, não é em si mesmo desonroso, “*Um estigma, é então, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo*” (GOFFMAN, 1988, p. 7):

[...] acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida: Construimos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social (GOFFMAN, 1998, p. 8).

Mas os indivíduos não desempenham apenas um papel, com apenas uma identidade consequente, sofrendo esta estigma ou não. O repertório de papéis desempenhados e identidades assumidas pelo sujeito denota o caráter contínuo da construção de si mesmo, processo que é criado e transformado ao longo das situações sociais nas quais o sujeito participa. Contudo, Berger ressalta que algumas identidades se sobressaem de modo que, ao mudar de situação social, como no caso do reassentamento involuntário em conjuntos habitacionais inseridos em territórios limítrofes à cidade formal, a pessoa enfrenta dificuldades para responder às novas expectativas da transformação da identidade, tais como o seu contexto social e o grau de seu hábito a identidades anteriores.

Ela (a teoria do papel) nos oferece uma antropologia sociológica, isto é, uma visão do homem baseada em sua existência na sociedade. Essa visão nos mostra que o homem representa papéis dramáticos no grande drama da sociedade e que, falando-se sociologicamente, ele é as máscaras que tem de usar para representar. (...) A pessoa é percebida como um repertório de papéis, cada um dos quais adequadamente equipado com uma determinada identidade. O âmbito da pessoa individual pode ser

medido pelo número de papéis que é capaz de desempenhar (BERGER, 2001, p. 119).

Para Berger, assim como os homens, as ideias também possuem sua localização social. Isso significa que a cosmovisão ou o modo particular de perceber o mundo também é pré-definida pela sociedade, assim como são nossas ações, emoções e auto interpretação. Esse modo de perceber o mundo nos é apresentado no processo de socialização, incorporado, em parte, na linguagem utilizada pela sociedade, que por sua vez não é escolhida, mas imposta:

[...] mecanismo simbólico fundamental com o qual apreendemos o mundo, ordenamos nossa experiência e interpretamos nossa própria existência. Da mesma forma, a sociedade fornece valores, nossa lógica e o acervo de informação (ou desinformação) que constitui nosso “conhecimento” (BERGER, 2001, p 132).

Mas a visão de mundo pode ser subdividida em pontos de vista sobre a realidade social, isto é, a sociedade comporta grupos de referência, cada um sustentando uma visão de mundo dentro do espectro maior da sociedade, com opiniões e ações, símbolos intelectuais e comportamentais relevantes para a formação dos indivíduos, de maneira a se tornar um modelo de comparação.

Berger demonstra que as estruturas sociais existentes se tornam estruturas do nosso consciente, pois internalizadas. Assim, a localização social do indivíduo fomenta processos de inclusão e exclusão, por meio da construção das representações sociais de si e do outro. O processo de transferência do indivíduo de uma moradia em uma favela, local estigmatizado, para outra em um conjunto habitacional localizado em território limítrofe ao zoneamento formal da cidade acarreta transformação da representação que faz de si e dos outros?

3. RECONSTRUINDO PROCESSOS

Os dados que serão utilizados nesse estudo são provenientes da Pesquisa *Ex-post*, realizada pela equipe de Monitoramento e Avaliação da empresa Cobrape, contratada para desenvolver o Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) do Programa Vila Viva em sua segunda etapa no Aglomerado da Serra.

Essa pesquisa é uma forma de avaliação com raiz na economia, embora aplicada com frequência em projetos sociais. É geralmente adotada quando o projeto ainda encontra-se em execução (Avaliação de Processos) ou após seu término (Avaliação de Impacto), para auxiliar na tomada de decisão, seja para continuar a implementação do projeto, devido à sua eficiência operacional, seja para reproduzi-lo em projetos similares no futuro (Cohen; Franco, 1993).

A terminologia é bem observada por STOCCO (2010) quando distingue tipos de avaliação. A Avaliação de Impacto objetiva estimar a contribuição específica de uma política pública na transformação de uma situação vivida pela sociedade. É um tipo mais complexo, que exige certo tempo após a finalização do programa para sua mensuração. Já a Avaliação de Resultados visa “*compreender os efeitos da intervenção sobre os beneficiários, ou seja, compreender se o acesso do público-alvo aos produtos gerados pela intervenção causaram a transformação esperada na vida dessas pessoas*” (STOCCO, 2010, p. 6). Com um alcance menor em seu propósito, a Avaliação de Resultados visava determinar em que medida o Programa Vila Viva segunda etapa alcança seus objetivos, ou melhor, investigar as condições de moradia no local de *destino* (onde as famílias foram transferidas), em comparação com as condições de moradia no local de *origem* (local de residência antes da intervenção pública). Outro tópico verificado é o grau de satisfação quanto ao processo de remoção e reassentamento vivenciado pelas famílias.

3.1 Procedimentos metodológicos

Por definição, o recorte do universo de pesquisa foi delimitado entre as famílias que foram afetadas diretamente pelas intervenções, aquelas que vivenciariam o processo de remoção e reassentamento, pois atingidas pelos trechos de obra do Programa. A Pesquisa *Ex-post* considerou métodos quantitativos e qualitativos para apurar a realidade social desejada.

Para Minayo (2010) “*O uso de métodos quantitativos tem o objetivo de trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis*” já que sua natureza remete à extensividade e regularidade dos fenômenos. Já o método qualitativo “*é o que se aplica ao estudo da história,*

das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam.” (MINAYO, 2010, p. 57).

Ambas as abordagens nos revelam resultados relevantes sobre a realidade social e se complementam para auxiliar na compreensão específica dos resultados da implementação de um programa público de impacto urbano habitacional. Contudo, este estudo privilegia o enfoque qualitativo pela escolha da entrevista narrativa como instrumento de investigação ou técnica de coleta.

Segundo Jovchelovitch e Bauer (2002) a entrevista narrativa apresenta infinita variação e é encontrada em todo lugar, pois considerada como a própria vida (Barthes, 1993 *apud* Jovchelovitch; Bauer, 2002). *“Através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social.”* (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 91).

A narração é uma maneira de reconstruir ações e contexto. O ato de contar história implica a dimensão cronológica – narrar a sequência de episódios – e a não cronológica – o enredo. Este realiza a junção das histórias individuais nas dimensões tempo e sentido de maneira a proporcionar a estrutura da narrativa. O enredo fornece o contexto dentro do qual compreendemos os atores, acontecimentos, relações, moralidades, objetivos, isto é, fornece coerência e sentido à narrativa: *“compreender uma narrativa não é apenas seguir a sequência cronológica dos acontecimentos que são apresentados pelo contador de histórias: é também reconhecer sua dimensão não cronológica, expressa pelas funções e sentidos do enredo.”* (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 93).

A entrevista narrativa visa criar um ambiente que estimule o informante (entrevistado) a contar a história de algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social no qual se encontra, de modo que seja possível reconstruir acontecimentos sociais.

A ênfase na narração permite apreender diferentes perspectivas trazidas sobre o assunto em questão, por diversos informantes e contrastá-las. Assim também, a linguagem do narrador revela uma cosmovisão particular e constitui sua perspectiva de mundo: *“Comunidades, grupos sociais e subculturas contam histórias com palavras e sentidos que são específicos à sua experiência e ao seu modo de vida”* (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 91).

O entrevistador estimulou o informante a relatar livremente sua trajetória do lugar de *origem* até o lugar de *destino* que transcorreu por meio da intervenção pública urbana

habitacional. Como apoio, foi elaborado um roteiro (cf. ANEXO) para auxiliar na orientação da entrevista, abordando os aspectos da moradia e suas implicações, desde a ocupação do território no lugar de *origem* até a transferência para o lugar de *destino*, assim como os anseios e conflitos provocados pela intervenção pública urbana.

A escolha dos informantes teve como princípio o envolvimento do beneficiário com o Programa, já que possui o conhecimento necessário sobre o mesmo para ser capaz de discorrer sobre o processo de remoção e reassentamento sem a necessidade de um maior estímulo por parte do entrevistador; além de viver no Aglomerado da Serra há mais tempo, para fornecer uma visão mais abrangente sobre o histórico de ocupação local.

Foram realizadas seis entrevistas narrativas, todas gravadas e transcritas, no período de março a junho de 2015, selecionando os informantes a partir de seu local de *origem* – Vila Nossa Senhora da Conceição e Vila Novo São Lucas – e modalidade de atendimento e local de *destino* – unidade habitacional (UH) no conjunto da Rua F ou no conjunto da Rua União/Herval ou indenização.

Foram entrevistados dois homens e quatro mulheres. Cinco deles na idade adulta, acima de 35 anos e somente um (01) já idoso. Dois entrevistados vieram de outros estados, Bahia e Espírito Santo e um (01) veio do interior do estado de Minas Gerais, da cidade de Nova Era; outros três nasceram em Belo Horizonte. Sobre o grau de instrução, três respondentes estudaram as séries do ensino médio, sendo que um deles formou no ensino técnico. Todos exerciam atividade remunerada no momento da entrevista, exceto o idoso que foi aposentado por invalidez.

Para este trabalho, serão utilizadas as entrevistas daqueles que foram reassentados nos conjuntos habitacionais. Essa escolha se justifica pela proposta aqui elencada, qual seja, de verificar o que mudou nas representações que os beneficiários fazem de si e dos outros a partir do reassentamento em moradia verticalizada, isto é, na UH.

3.2 Da casa ao apartamento: imagens das Vilas e as relações no território

A chegada até os conjuntos habitacionais ocorre por áreas regularizadas do município: os bairros São Lucas e Serra, para acesso aos conjuntos da Rua F e Rua União/Herval, respectivamente; ambos os empreendimentos localizam-se na divisa entre o território formal e a área de ocupação irregular do Aglomerado da Serra.

Figura 5 – Conjunto habitacional Rua União/Herval em primeiro plano e a Vila Nossa Senhora da Conceição ao fundo



Fonte: Acervo Cobrape/2014

O reassentamento das famílias no conjunto da Rua União/Herval ocorreu primeiro, em finais de 2013. Este é um conjunto pequeno, composto por quatro blocos de apartamentos. O conjunto da Rua F é maior, com dez blocos e sua ocupação ocorreu posteriormente, a partir de meados de 2014. A diferença do tempo de reassentamento, pouco significativa, não se mostrou como um fator de influência na avaliação dos aspectos abordados nas entrevistas.

Os quatro entrevistados foram confrontados com um roteiro de pesquisa cujas perguntas poderiam revelar aspectos do território de *origem*: a maneira como chegou ao Aglomerado da Serra ou se havia nascido no local, como era o local de moradia, as relações com o lugar, as relações de vizinhança, as lembranças e sentimentos de morar no local. O resgate das representações dos moradores reassentados quanto ao antigo local de moradia é relevante para servir de contraponto às percepções atuais no local de *destino*.

O Aglomerado da Serra é considerado um *locus* de segregação espacial, um entre inúmeros outros no município, onde renda e outras desigualdades são expressas e reproduzidas (Rolnik, 2002). *Locus* da urbanização incompleta e, portanto, com acesso facilitado para famílias cuja renda é mais baixa ou quase inexistente, foi o local que alguns dos entrevistados encontraram para morar, ao chegar a Belo Horizonte. Com o intuito de tentar uma vida melhor a partir de melhores oportunidades, os parentes se deslocam de

idades do interior ou outros estados, encontram moradia e trabalho e incentivam seus familiares a realizar a mesma trajetória de migração.

Eu vim (do Espírito Santo) porque uma irmã minha casou e veio pra aqui. O rapaz, ele é de lá, mas ele veio trabalha aqui, voltou lá, casou com ela e veio, aí através dele e da minha irmã eu vim. Eu sofri muito, deixei o pai e a mãe lá e vim pra cá, arrumei um emprego e fiquei aqui [...] a gente sofria demais lá, vim pra aqui... graças a deus aqui nós controlamos. Melhor que lá é. [...] lá trabalha em terreno dos outros, a gente sofria demais né, plantava. Às vezes não colhia porque o sol matava... muitos anos aconteceu isso. E lá não pode, a gente sofre porque ninguém pode ir junto com a gente né, e aí a gente não tinha dinheiro pra comprar! Sofria... meu pai sofreu demais pra criar nós lá... e aí... esse dia, uns da vizinhança nossa lá, uns rapaz que vinha pra trabalhar, ia pra São Paulo, ia pra aqui [...] falei: aí eu vou experimentar. E deu certo graças a deus. Do que nós sofremo lá, aqui tanto as minhas irmãs como eu nós tamo bem aqui. Lá nós sofria na casa dos outros, casa ruim, a casa é difícil, dos outros. Sofria. Patrão né, não dava moleza pra gente, nós sofria lá. E aqui a gente trabalhava e tinha o dinheiro toda semana, todo mês né? Bem melhor [...] graças a deus. (Homem, 61 anos, aposentado, morador do conjunto União/Herval)

A mudança para a cidade grande pode ser uma oportunidade ou ocasião de conquistas de condições de trabalho mais satisfatórias, com um retorno monetário mais eficiente e o desempenho de um trabalho com menos exploração, se comparado ao modelo anterior. Por outro lado, o meio urbano brasileiro *pode* também ser carregado de aspectos negativos como violência, mobilidade precária, acesso mais restrito à moradia, custo de vida mais elevado.

Elemento comum nas representações sociais da favela, a violência no local traz lembranças negativas do Aglomerado como o medo, o sofrimento e até a perda de entes queridos.

[...] eu morava na Bahia, né, eu com a minha família. E aí o meu irmão que já morava aqui com a minha tia, ele conseguiu essa casa que a gente morava antes lá, ele comprou essa casa, né. Aí veio eu, minha mãe e meus irmãos viemos pra cá, isso foi em 92, desde 92 a gente morou lá, né. E aí, é, a gente foi se adaptando as essas novas informações, né. No início quando a gente mudou pra aqui foi muito difícil, lá onde a gente morava antes, porque ninguém lá de casa tava acostumado com violência, com crime, com droga, jovens, né, envolvidos com drogas. [...] A vida pra nós aqui no início não foi boa. Meu irmão suicidou, envolveu com drogas e lá não tinha isso. A vida do meu irmão na Bahia era cuidar de criação, sabe, cuidar de galinha que ele gostava, de gado. Ele veio pra aqui e se enturmourou com (choro, silêncio) pra nós foi muito difícil. (Mulher, 37 anos, educadora social, moradora do conjunto Rua F)

A relação violência, crime, tráfico de drogas e juventude é forjada nesse ambiente e potencializada quando disseminada pelos meios de comunicação. A disputa de território para o controle de drogas entre as gangues gera violência. Um dos relatos aborda o conflito no início dos anos 2000. Contudo, o tráfico também é visto como organizador do espaço, como o

poder paralelo quando o Estado não intervém e nem atua de maneira eficiente no local oferecendo equipamentos e serviços públicos satisfatórios, e aqui pode ser ressaltada a oferta da segurança pública. A partir do momento em que há um poder – até uma gangue – no comando do território, há ordem, há paz, contanto que os moradores reconheçam e sigam suas leis:

Que nem eu falo tudo é momento, tem momento bom e momento ruim, tinha momento ruim ali também, uma época aí, 2000, 2001, é... que tinha umas pessoas ali colocando vizinho pra correr de lá, falava que ia comandar o morro e tal. E aí polícia ia. Às vezes o tráfico no morro, na favela, às vezes é bom por causa disso, porque na onde a lei não vai, ele faz ser lei, a justiça, por exemplo, o governo, o estado, não, eles não vêm fazer lei aqui, eles vêm acovardar as pessoas às vezes, e às vezes o tráfico não deixa as pessoas serem acovardadas. Não que eles não sejam, seja covarde [...] Mas aqui a lei deles todo mundo respeita, então quando as pessoas respeitam as leis deles, o morro fica tudo sossegado, pode entrar pessoa de qualquer lugar do Brasil, pode ser um milionário que passar aqui no morro aqui e entrar, ele, ele, entra lá por cima e desce lá embaixo na Mem de Sá a pé, ele desce do mesmo jeito, ninguém faz nada com ele. Por causa do esquema deles, porque ninguém pode mexer, entendeu? É, naquela época em 2000, 2001, o morro não tinha, por exemplo, que o pessoal fala, não tinha dono, né, não tinha dono, era, não tinha dono, quer dizer não tem governo, aqui não tem, não tinha governo o morro aqui, a favela aqui, então era uma guerra, então todo mundo queria aprontar, todo mundo queria ganhar, todo mundo queria tirar vantagem em cima do outro. Todo mundo assim, aquelas pessoas que não presta, que não trabalha, que quer as coisa fácil, né. Aí a polícia não vinha, a polícia só vinha na favela aqui, ou venha, é ... quando acaba os tiroteio... (Homem, 35 anos, marceneiro, morador do conjunto Rua F)

Esse cenário de eventos de violência traz uma carga depreciativa para o local e, conseqüentemente, para seus indivíduos, tornando-os estigmatizados. A identidade social real não alcança as expectativas impostas, pois a relação estabelecida entre os atributos que se esperam dos indivíduos e o real não é atendida, estabelecendo-se sua inferioridade. As expectativas interiorizadas desenvolvem a necessidade daqueles que são estigmatizados se adequarem ao esperado pela sociedade. Os moradores do Aglomerado da Serra, ou mais especificamente da Vila Novo São Lucas, refletem a imagem produzida pelo preconceito e desenvolvem mecanismos de aceitação perante os moradores “de fora”, reinventando o nome da vila para “mascarar” o local onde habitam:

Que nem, eu tenho muitos amigos que moram no bairro, moram no bairro bom, assim, às vezes eu tinha vergonha de trazer eles, de chamar pra vim. Uma que eles não ia querer vim, é aquela história do nome Novo São Lucas, é Novo São Lucas porque não podia falar Cafezal pra arrumar emprego. Porque quem morava no Cafezal não conseguia arrumar emprego em lugar nenhum, o Novo São Lucas é um bairro que a gente deu pra poder fantasiar o Cafezal, que as pessoas deu esse nome pra poder fantasiar o Cafezal, porque ninguém queria arrumar emprego pra quem era favelado do Cafezal, porque Cafezal era como se fosse uma Rocinha, era violenta, né, “o pessoal de lá não presta, tá doido, colocar alguém pra poder trabalhar na sua casa da vila Cafezal, eles vai roubar sua casa, ele vai arrumar alguém pra te matar”.

Pensamento do pessoal antigamente era assim, e aqui não né, aqui eu moro no São Lucas! (Homem, 35 anos, marceneiro, morador do conjunto Rua F)

As condições mais vulneráveis do local associadas ao estigma geram insatisfação e desconforto em diversos âmbitos da vida de seus moradores. A necessidade de omitir o local de moradia para conseguir uma vaga de emprego, aspecto referente a um âmbito mais externo da vida do sujeito, até o desencorajamento para receber visitas em casa, elemento ligado a esferas mais íntimas dos sujeitos, são situações vivenciadas pelos moradores das vilas em análise e evidenciam as imagens negativas relacionadas ao local de *origem*: Aglomerado da Serra.

Porque... primeiro a gente fica meio com vergonha de receber as pessoas em casa né, aquela casa feia apesar de eu ter reformado, não terminei a reforma, mas a gente fica meio receoso de receber alguém em casa, a gente fica com vergonha, né, por causa do local, por causa de alguns vizinhos né. (Mulher, 37 anos, educadora social, moradora do conjunto Rua F)

Ah gente, fala com cê. Não, né, a gente tem que orgulhar no que cê mora nele, eu tinha orgulho, né, é meu, meu pai me deu, né, mas eu falava assim, “ô gente como é que eu vou trazer um amigo meu, ou não sei um namorado, tô separada há muitos anos, dentro dessa casa, dentro dessa favela, como é que eu vou fazer?”. Aí eu ficava imaginando. Eu posso trazer né, mas é que eu ia levar lá, não tinha nem como, a gente sentia vergonha, né, ficava meia triste, “pô, todo mundo consegue as coisas é só a gente que não consegue”. Mas a gente não podia ter uma melhoria, porque a verba não dava, né, aí eu ficava muito revoltada, não me sentia bem, agora eu sinto bem, graças a deus. (Mulher, 49 anos, ocupação não declarada, moradora do conjunto Rua União/Herval)

A escassez de recursos de muitas famílias dificulta o investimento e a realização de melhorias nas moradias. Em contextos de vilas e favelas é comum se deparar com moradias com revestimentos internos, reboco e pintura, contudo, a “verba” é insuficiente para o acabamento da parte externa, entre aquelas moradias cuja construção é de alvenaria. Em um dos relatos, pode-se vislumbrar uma imagem do panorama do Aglomerado antigamente:

Ahh as casas todas era assim, era é, com tijolo, né, não era rebocada. A janela antigamente era janela de tálba, tipo madeirite né, [...] era uma janela tipo madeirite, de tijolo, antigamente nem existia acho que laje, era telha mesmo. Você vê aquelas casinhas tudo no fundo do mesmo jeito, parecendo assim tipo uma casa de roça, fundo de quintal mesmo, era assim que era as casas, só via aquelas casas horrorosas, aquelas marmotas daquelas casas, ô meu deus do céu, o que que é isso, isso não é casa não uai. O tanto que a casa era “tão boa” na época que o povo fazia até chiqueiro pra criar porco, pra engordar porco porque tinha jeito, né, que aqui não tinha rede de esgoto antigamente, né. Fazia, engordava porco, engordava galinha [...]. Depois que eles botaram rede de esgoto que aí pararam com esse negócio, né, mas antes tinha, tinha chiqueiro. (Mulher, 49 anos, ocupação não declarada, moradora do conjunto Rua União/Herval)

A renda insuficiente auferida por um número grande de famílias que reside no Aglomerado da Serra pode encontrar seu vestígio no padrão de acabamento das moradias, mas também em outros aspectos das casas, como o seu tamanho, a localização em área de risco geológico, o uso clandestino das redes de distribuição de energia elétrica e água. O dinheiro que deixa de ser investido na melhoria das moradias pode ser empregado em itens de subsistência ou outros, dependendo das condições econômicas da família, revelando a precariedade das condições de vida de indivíduos inseridos nessa localização social, como pode ser identificado nessas passagens:

Se cê perguntar uma pessoa, ali em cima. Ali tem um rapaz que vendeu a casa dele, não sei se vendeu ou foi indenizada, por cem mil reais, [...] o cara preferiu comprar aqui na favela, cem mil reais. É... porque a qualidade de vida da favela é totalmente diferente, daí debaixo, porque não adianta nada, a gente sair daqui ganhando um salário mínimo, dois salário mínimo e cismar de firmar lá no bairro, não vai aguentar, cê não vai aguentar, porque lá cê não tem como cê fazer gato, em água, em luz... entendeu? Na favela cê faz gato na água e luz. A vantagem do favelado, a alegria dele é não pagar a água e a luz, porque o dinheiro que ele não paga da água e da luz é o que ele vai e compra, vão supor, vai lá e faz a mistura deles lá, compra o frango, é... ou compra uma roupa ou compra um tênis pro filho, porque se a gente for viver só de pagar água e luz, água e luz, mais a cesta básica aí, nossa meu deus do céu, coitada. (Homem, 35 anos, marceneiro, morador do conjunto Rua F)

A minha casa era a casa dos meus pais, minha não, do meu pai, na época eu era solteira e morava com ele. Era assim, na época era cinco quartos, era cinco cômodos, o quarto da minha mãe e do meu pai, era o meu quarto e das minhas irmãs, o quarto do meu irmão, queu só tenho um irmão que é casado com ela, a sala e a cozinha, só. Ai minha filha, era aquele cubiquinho, pequenininho mesmo, mas era aconchegante, mas cê só via sem reboque, os tijolos (risos) e as gambiarra das luzes que tinha puxada lá embaixo, no padrão lá na rua, lá embaixo. Era assim que era a casa. Cê olha assim, nossa senhora, tipo assim, aquele puxadinho de tijolos ali, era assim, cê só via isso e aquela barranceira. Antigamente não existia, é, como é que fala? Esses capim de que porco come, aí então os barranco segurava por causa desses capim, né, aí quando o barranco arriava, vinha a época da chuva, o barranco caía, caía em cima da casa da gente, costuma cair lá em cima do telhado e a gente deitava lá dentro, **mas fazer o que? O jeito de viver era assim, né.** (Mulher, 49 anos, ocupação não declarada, moradora do conjunto Rua União/Herval, grifo nosso)

Nota-se uma necessária adaptação e aceitação de se viver nesse local pela impossibilidade de encontrar moradia em outro cujas condições sejam mais satisfatórias em termos de habitação e infraestrutura urbana. Para Berger (2001) o sistema de classes é um importante sistema de hierarquias, baseado em critérios econômicos; a localização social dos entrevistados cujos recursos econômicos são escassos limita o que esperar da vida, isto é, se conformam com as condições precárias nas quais se encontravam.

Uma das entrevistadas nos fornece trechos de sua fala os quais ilustram a falta de oportunidade de morar em outro local e, portanto, a improvisação para se viver no

Aglomerado: “*Lá a gente morava no meio de tumulto né, você conseguiu o lugar lá e lá **você vai se adaptar e virar pra viver...***”; “*Sentimento (ao saber que seria reassentada), sentimento de alegria né, é... a gente ficou alegre, porque como eu falei antes o local lá onde a gente morava não era tão bom né, e a gente já queria mudar de lá, mas que não tinha condições de mudar*” (Mulher, 37 anos, educadora social, moradora do conjunto Rua F, grifo nosso).

No entanto, os discursos dos entrevistados demonstram que, apesar dos aspectos negativos apontados e de maneira controversa, o Aglomerado é um lugar bom para se viver, como podemos verificar nas passagens abaixo:

É, eu não ligava não, eu tava acostumado, eu sentia tranquilo lá, eu falei “a gente vive”, porque não podia comprar em outro lugar bom, então tentava lá mesmo, porque não tinha outra oportunidade [...] mas é bom, eu gosto da Serra, aqui eu gosto, tem uma dificuldadezinha, mas é bom. (Homem, 61 anos, aposentado, morador do conjunto União/Herval)

É... então, lá no Novo São Lucas, é... eu morava em beco e assim, é lógico que as condições de vida lá não eram tão boas né, porque o local era um pouco de difícil acesso, né, pra sair à noite, por exemplo, não podia voltar muito tarde, por causa da malandragem, né. [...] É... e... também esgoto a céu aberto, né, sempre tinha problema com relação a isso, briga de vizinhos era constante. Mas apesar de tudo isso, a minha casa era uma casinha mais ou menos né, razoável. Eu gostava de morar lá, independente disso tudo. (Mulher, 37 anos, educadora social, moradora do conjunto Rua F)

As lembranças que eu tenho de lá? Ah, meus vizinhos que era muito bom, muito ótimo mesmo e saudades do lugar que eu morava também né, a lembrança né, onde que era a minha casinha que hoje praticamente vai ser uma rua ou uma praça, eu não sei. Isso aí me dá muita lembrança, eu sinto saudades de lá, sinto saudades do lugar, porque da casa eu não sinto não, queu tô muito bem. (Mulher, 49 anos, ocupação não declarada, moradora do conjunto Rua União/Herval)

De maneira geral, a categoria vizinhança aparece nas entrevistas como um aspecto do antigo local de moradia que remete a lembranças afetivas, positivas. Esses laços sociais são os mais importantes, pois se constituem na vida privada do indivíduo e sustentam sua autoimagem, isto é, a identidade do sujeito (Berger, 2001).

Tais laços construídos permanecem vivos mesmo após o reassentamento das famílias, refletindo a proximidade entre os indivíduos. A interação entre os sujeitos sustenta a identidade atribuída anteriormente e mantém a autoimagem (Berger, 2001).

Sua relevância pode ser identificada em diversos momentos da oralidade, como por exemplo, o medo do reassentamento por desconhecer os futuros vizinhos, o estabelecimento de vínculos no conjunto habitacional, a manutenção de vínculos com antigos vizinhos:

Eu fiquei assustado na hora que falou que a casa ia sair. Eu falei “Poxa, e agora?”. Num queria sair da Serra né, e agora vou ter que sair da Serra. Muitos anos morei aí. Mas depois falou que ia construir aqui, aí eu acalmei. Aí eu falei que se fosse aqui eu queria. Só não queria ir pra fora né, eu pensei que ia para outro canto. Aí eles falaram “Não, é aqui na chácara mesmo”. Aí eu falei “Então eu quero”. Quarenta e tantos anos, gosto daqui mesmo, tem uma vida aqui. [...] É por causa de sair do bairro, que a gente tá acostumado, né, fica sem jeito, até panha o conhecimento com o povo e o povo com a gente demora, é ruim. Aí eles falo que é aqui, eu já fiquei alegre, então aqui vai dá certo, aqui já eu sei que é tudo os amigos meus que vem e veio mesmo. Gostei, então tá tudo tranquilo. (Homem, 61 anos, aposentado, morador do conjunto União/Herval)

Bom, no início (do reassentamento) assim, foi muito difícil, né, é que nem quando o menino vai mudar de escola, né, sai de um colégio vai pro outro, é mais ou menos essa mesma sensação, né, só não ficava tão ruim quando a gente levava um colega da gente, que estudava na mesma escola, aí ficava um pouquinho, né, mais fácil. Aí é por isso. Eu morava perto de gente que não conhecia, aqui também mora na mesma comunidade, né. Não conheci porque é falta de oportunidade, porque essa aqui é a segunda maior favela do Brasil, é a segunda maior da América Latina, então querendo ou não tem muita gente que mora na favela que a gente não conhece. Então a gente fica meio esquisito assim mesmo, só que com o tempo a gente vai se adaptando e vai ficando melhor. (Homem, 35 anos, marceneiro, morador do conjunto Rua F)

É, apesar de ter, de tá morando no meio de pessoas que, ruins, né, entre aspas, porque eu até conversava com algumas. Eu conhecia já há muito tempo então não fazia mal algum pra nós, mas é... eu, às vezes quando eu vou pra aquele lado eu lembro da minha casa e eu tinha o meu canto também e... era bom morar ali, apesar de todas, de tudo, apesar de às vezes molhar quando chovia, né, às vezes o esgoto fica passando na nossa porta, mas tirando todas essas coisas ruins aí, eu gostava de morar lá por causa de alguns vizinhos, né. Tem muito vizinho bom. Até hoje eu vou lá e visito a dona Maria, a Marli, que são pessoas, vizinhos que ainda estão lá. (Mulher, 37 anos, educadora social, moradora do conjunto Rua F)

A localização social dos indivíduos moradores das vilas do Aglomerado da Serra influencia o seu fazer e o ser por meio das regras e papeis que oferece e os indivíduos, por sua vez, aceitam e reproduzem o mundo social internalizado, assumindo sua posição na sociedade. Os elementos levantados revelam as imagens dos locais de *origem* dos entrevistados, a vila Novo São Lucas e a vila Nossa Senhora da Conceição, e as relações de seus moradores com o local e com a cidade de um modo geral: locais que abrigam pessoas com poucos recursos econômicos, em grande parte; que padecem com insuficientes recursos de infraestrutura local, entre outros, a segurança pública. Devido a esses aspectos, a população residente sofre estigma por não corresponder às expectativas consideradas “normais” pela população como um todo, mas apesar de tudo, gosta do lugar de *origem*, em especial, pelas relações construídas, a vizinhança. Agora, passaremos à análise do local de *destino*, as unidades habitacionais: se houve mudanças das imagens que os moradores entrevistados fazem de si e dos outros.

3.3 Imagens nos conjuntos habitacionais: a nova condição de moradia

O processo de reassentamento executado pelo poder público municipal inclui como uma das ações do trabalho o acompanhamento das famílias nas novas unidades habitacionais no conjunto habitacional, para uma melhor adaptação no novo local de moradia, pois se reconhece que este é diferente do anterior em termos de estrutura, regras, direitos e deveres.

Em termos de estrutura, a moradia verticalizada implica uma série de situações novas e diferentes daquelas vivenciadas pelos moradores atingidos pelo Programa Vila Viva. As unidades são entregues acabadas, sem a permissão para aumentar a área construída, situação outra da que ocorre nas áreas de *origem*. Nestas é comum os moradores ampliarem suas moradias, construírem mais cômodos na medida em que aumenta a renda e/ou o tamanho da família.

Por se tratar de unidades construídas na vertical, uma acima da outra, há que se preocupar quanto a barulhos e outros inconvenientes provocados pelos vizinhos que moram nos apartamentos próximos, cuidado que anteriormente não era parte do cotidiano de várias famílias. Essa nova configuração remete ao seguimento de regras básicas – o Regimento Interno – aplicadas a qualquer edifício, e delimita direitos e deveres de cada morador.

Mas eu acho que a melhoria aqui é, pra mim, ela tá sendo boa, né, porque eu sei me adaptar com as pessoas. Inclusive, logo quando eu vim morar aqui a primeira coisa que eu fiz foi vender meu som, né, o som que eu tinha aqui. Então aí, eu não posso ficar incomodando as pessoas, então vão... rádio meu só no celular e só no jogo. (Homem, 35 anos, marceneiro, morador do conjunto Rua F)

Essa nova realidade contrasta com a anterior. As moradias verticalizadas cujas regras devem ser seguidas por seus moradores remetem ao chamado “modo de vida da classe média”. A gestão do condomínio exige a aplicação de normas concernentes, uma vez que o síndico responde pelo condomínio civil e criminalmente, e o próprio empreendimento exige outras práticas como a regularização do acesso aos serviços urbanos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica, além da formalização do registro do imóvel, elementos que geram a necessidade de novas posturas de seus habitantes.

Essa nova localização social traz consigo uma estrutura de pensamentos e atitudes novos, os quais devem ser assimilados pelos moradores, com o auxílio do acompanhamento das famílias nas etapas de pré e pós morar do TTS. Nessa nova situação outras expectativas são colocadas, como o respeito do horário de silêncio, e determinadas respostas são esperadas, como diminuir o volume do aparelho de som, diferentes das respostas encontradas nas vilas

do Aglomerado da Serra. As respostas tipificadas derivam dos papéis assumidos pelos atores, que contém ações, emoções e atitudes. Relembrando Berger (2001), o papel acarreta certa identidade e essa nova identidade é construída na interação com outras pessoas. As regras relacionadas ao respeito quanto ao horário de silêncio são relevantes, pois mencionadas nas entrevistas. Em uma delas, a entrevistada relata como aconteciam as festas na vila e como acontece no conjunto habitacional, com o respeito às regras do Regimento Interno:

Ahh sinto bem demais! Nossa, um sossego, um sossego, porque aqui sabe, porque eu sinto sossego, porque lá em cima não tinha hora do vizinho liga o rádio, ia até uma hora, duas horas da manhã e aqui tem regulamento, até dez horas, né. Antigamente fazia uma turminha pra parar no seu portão, em frente o seu portão, fica horas e horas conversando e bebendo cerveja e aqui não pode, porque aqui tem que ter regulamento né, é apartamento né, então pra mim foi bom. Cê deitou na sua cama, cabô. Vão supor hoje é sábado, cê vai fazer uma brincadeira, levar gente pra sua casa, até dez horas. Cê pode beber, liga um sonzinho normal. Agora depois das dez horas cê manera o som e o tom de voz porque tem vizinho, então pra mim foi ótimo. Isso é que eu gostei mais, tem que ter regulamento, né, então foi bom demais. Porque eu acho assim, se não tem regulamento, ninguém pode morar em apartamento, tem que ter regulamento de horas e foi bom demais. (Mulher, 49 anos, ocupação não declarada, moradora do conjunto Rua União/Herval)

A construção contínua de si, da vida social e, vale especificar, dos vários papéis e identidades assumidas pelos indivíduos decorrem das diferentes situações sociais vivenciadas. No entanto, a transformação da identidade conforme a mudança de situação pode ser um processo mais difícil para alguns. Os indivíduos não vivenciam as experiências da mesma maneira e as respostas às novas expectativas podem ser inadequadas ao que se espera, devido à ênfase na identidade da situação social anterior, no caso, a moradia nas vilas do Aglomerado da Serra. Um dos entrevistados demonstra em sua fala diversas passagens que apontam para a identidade do favelado que não é transformada ao mudar de situação social:

Bom, é relação que, a única coisa que mudou é que a favela de lá veio pra cá, né (risos) inclusive os favelados, que favelado pode ficar rico que não muda a sua realidade.

E não é só aqui, em qualquer lugar que você for, cê tirar um favelado, tirar 50 da favela e colocar 50 lá na Savassi vai ser a mesma coisa, não vai mudar em nada. A única coisa que vai mudar: cê tá andando no asfalto, tá tomando poeira, a poeira é diferente, é preta, né, não é (risos) a poeira lá do campo do Najjar.

Tem lado bom aqui, né, aqui tem um lado bom, aqui é tranquilo, é sossegado, não é dentro da favela, né, é favelado que mora aqui, não é dentro da favela lá (risos). (Homem, 35 anos, marceneiro, morador do conjunto Rua F)

A identidade do favelado se apresenta como forte e marcante nos trechos acima, mesmo após a transferência do indivíduo para uma forma de moradia típica de outro estrato

social em grandes centros urbanos. Sua maneira de perceber o mundo, um ponto de vista entre diversos outros, se relaciona à sua localização social. Essa visão, pré-definida pela sociedade, apreendida no processo de socialização, sofre críticas por alguns entrevistados que reconhecem que a mudança para o conjunto habitacional requer uma nova postura, outras respostas para as expectativas colocadas no novo contexto, na nova localização social:

[...] em questão assim de tirar favelado de um beco que eles é acostumados a ouvir som alto, que eles é acostumados a ouvir som alto dia e noite, é... não ter uma preparação de vida, pra educar as pessoas e colocar elas tudo uma em cima da outra. (Homem, 35 anos, marceneiro, morador do conjunto Rua F)

[...] lembrando que, pessoas que moravam lá a maioria vieram pra cá, então tem gente... graças a deus no nosso bloco não, porque a gente escolheu, mas pra lá a gente sabe que tem, até que tava fazendo boca ali, fumando droga ali, e tal, né, parou não sei nisso aí, acho que houve o número de reclamações de alguns moradores e acho que pararam ou amenizou. De vez em quando eu ainda sinto cheiro, mas, é, a questão é as pessoas que precisavam mudar, sabe. Que na consciência delas que **aqui não é lugar de bagunça**, é lugar pra você viver em paz, gente, a vida da gente é tão curta, pra envolver com droga, com criminalidade, pra que? Saíram de um lugar ruim, pra lugar que a gente tá morando... por isso que eu falo é uma mansão sim, é um paraíso assim porque muitos não tinham nada, infelizmente, muitos não tinham. Eu saía de casa em casa aí às vezes pra fazer algum tipo de, alguma visita e tal. A gente via as condições e a necessidade das pessoas. Então, no geral, não conscientizar de que **aqui é um lugar diferente e que temos que agir diferente**, vai volta o mesmo lamaçal de antes, né. Acho que às vezes devia ter uma habilitação pra certas pessoas, pra elas se reeducar, como cuidar de uma casa, como... sabe? Eu sei é a socialização, né. (Mulher, 37 anos, educadora social, moradora do conjunto Rua F, grifo nosso)

Concluindo, as falas dos entrevistados apresentam a satisfação com o novo local de moradia e ressaltam diferenças com o contexto anterior.

1. Há uma distância social entre o local de *origem* e o local de *destino*, uma distância mais em termos simbólicos do que físicos, pois são áreas relativamente próximas no território urbano. O distanciamento perpassa as novas possibilidades, como pegar um táxi e descer na porta de casa ou convidar amigos para ir ao apartamento, e chega até às situações concretas como assegurar um ambiente limpo ou ter um estado de saúde melhor, pois agora não entra água na casa quando chove e há janela no banheiro, o que evita “ar de corrente”.

2. Mas o distanciamento físico também foi desejado, como pudemos identificar. Segundo uma das moradoras, havia mais de uma opção de conjunto habitacional para o reassentamento e o escolhido por ela foi o “*mais próximo do bairro*” ao invés do que está localizado no “*miolo da favela*”, revelando que o morar na rua se contrapõe ao morar no “*meio da favela*”, sendo este um lugar de menor valor, menos desejado, pois oferece menos oportunidades aos indivíduos:

[...] o lugar, eu acho o lugar bom, né, eu acho bom aqui o lugar pra morar, a gente escolheu, a gente teve duas escolhas, ou lá na... como que chama gente? Na Binário, os apartamentos lá já tão quase prontos, ou aqui. Nós preferimos aqui porque a gente pensou, se futuramente a gente pensa em comprar uma casa ou alugar o apartamento ou vender é mais fácil, do que lá no miolo da favela, **Binário é miolo de favela. A gente não ia pro lugar melhor**, pensa pra nós que tava morando ali aquele miolinho cheio de drogas... e eu acho que aqui é esse lugar. (Mulher, 37 anos, educadora social, moradora do conjunto Rua F, grifo nosso)

A... (risos) é muito complicado de eu falar isso, né, tem coisas que vem pra bem e tem coisas que não foram muito boas. Aqui é bom, que nem eu falei, **não tô no meio da favela**, cê tem um caminho diferente, não precisa de você ficar passando na favela lá embaixo, eu acho o meu caminho aqui e tal. É bom, eu gosto, é diferente, dá um qualidade de vida pra gente trazer amigos, de serviço, sem ter medo... (Homem, 35 anos, marceneiro, morador do conjunto Rua F, grifo nosso)

3. O lugar não é, pois meramente um atributo físico, mas um componente do capital social, conforme já destacado por Bourdieu (2003), ao analisar as relações entre as estruturas do espaço social e aquelas do espaço físico.

E hoje cê tem um prazer, se ocê falar assim, a pessoa te pergunta assim “Onde é que você mora?” aí cê fala assim “Ah, eu moro no beco”, igual eu morava antes, “no Beco do Baixinho” [...] “Beco do Baixinho?”, “é, lá na Serra”, aí cê falando Serra, todo mundo tinha medo. Agora cê vê os outros perguntando assim “Onde que cê mora?”, “Não, eu moro ali na Herval, ali na Rua União, apartamento 101, né”, aí eles falam assim, “ah, agora eles moram lá no beco da favela, que agora tá mais pra fora da favela” e antes ficava assim, “nó eles não vai nem lá em casa, que tá dentro da favela, eles vai fica com medo”. Agora apartamento todo mundo fica mais assim, né, mais alerta assim, né, “ah, eu vou lá né, pra poder vê”. Aí eu fico até bem, porque **agora tá bem na beirada da rua**, cê chegou aqui, cê viu (risos) a rua, não é bom?! Ótimo demais. (Mulher, 49 anos, ocupação não declarada, moradora do conjunto Rua União/Herval, grifo nosso)

O distanciamento da favela, da vila onde moravam aparece como um fator positivo, uma oportunidade de se ver, se colocar de outra maneira na sociedade, assumir uma identidade que oferece mais possibilidades e maior mobilidade como sujeitos e cidadãos.

4. O reassentamento nos conjuntos habitacionais construídos pelo Programa Vila Viva trouxe novos valores aos seus ocupantes, novas maneiras de agir em um novo formato de espaço, proporcionando uma reinserção social dos beneficiários da política pública urbana. Mas os moradores explicitam também que a vida social nas vilas era mais intensa... os controles eram outros...

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das imagens produzidas, reveladas pelos discursos narrativos de alguns moradores beneficiados pelo Programa Vila Viva, promovidos por maior ou menor pormenor segundo a capacidade de expor individualmente suas ideias, nos foi possível delinear algumas constatações e achados quanto às representações que fazem de si e dos outros após o reassentamento em UH.

A construção simbólica realizada em torno do lugar urbano favela e, portanto, das pessoas que lá habitam tem como base predominante imagens depreciativas, marginalizadas, como um “outro lugar” distante do mundo civilizado.

O Aglomerado da Serra situa-se em estrato desfavorável das estruturas hierárquicas e coloca seus moradores em posição subalterna em relação à cidade. As regras colocadas nessa localização social e os papéis desempenhados pelos moradores reproduzem as representações construídas ao longo do século XX e ainda difundidas nos dias de hoje. Como exemplo da permanência dessas imagens, a Vila Cafezal recebe um outro nome, Vila Novo São Lucas no intuito de superar o estigma do local e seus moradores.

Identifica-se o desejo dos entrevistados de se afastarem do lugar dos estigmas físico e simbólico. A distância física “fora da favela”, “na rua” traz uma dimensão simbólica significativa, uma maior liberdade para ir e vir no acesso aos serviços e à maior comodidade, uma maior inclusão do indivíduo no espaço da cidade, em uma tentativa de superar a segregação espacial e social na qual se encontravam antes do reassentamento. Esta é uma demonstração clara de que o processo de urbanização desempenhado pelo poder público no Aglomerado há anos não foi suficiente para mudar o estigma local, de maneira que seus moradores permanecem vivendo nas franjas da cidade.

Os empreendimentos em si, como obras construídas pelo Programa Vila Viva são outro elemento que possui caráter simbólico. Seu formato que remete à moradia “típica da classe média” e suas regras internas inerentes deslocam o olhar do morador sobre novas práticas e costumes. Ainda que a política urbana habitacional possa trazer resquícios da época em que a provisão de moradia ao trabalhador pelo Estado era uma maneira de manipular ideologicamente o público alvo da política, estabelecendo modelos para induzir os indivíduos à adoção de comportamentos de uma desejada organização social, ela proporciona reinserção social para seus beneficiários. Os entrevistados consideram importante a adoção de novas práticas, o respeito e a boa relação com os “novos” vizinhos, a manutenção do lugar que receberam “*para não voltar ao lamaçal de antes*” e inclusive sugerem uma preparação para

que os moradores dos conjuntos habitacionais adotem novos hábitos, a despeito das ações já existentes previstas na Política que são o pré e o pós morar.

O caráter simbólico da moradia perpassa, pois a autoimagem, a realização e o respeito que seus moradores adquirem, pois localiza seus indivíduos em termos sócio-espaciais frente a si e a sociedade como um todo.

Nesse sentido, pode ser aqui ressaltado o favorecimento ou as benesses da identidade a partir da nova localização. As entrevistas permitiram apontar os ganhos sociais e materiais dos moradores. As questões estruturais de moradia como o saneamento básico e outros itens de construção de um lar refletem na autoestima do sujeito de maneira que este se veja como uma pessoa de direitos e passe a viver uma vida com maior satisfação; sua localização amplia o acesso a serviços, a melhores empregos, à vida social, à cidade como um todo.

Por outro lado, os papéis e identidades assumidas anteriormente pelos indivíduos podem se revelar marcantes a ponto de interferir na assunção de novas identidades nas novas situações sociais. Padrões de respostas às expectativas quanto à localização social anterior – Aglomerado da Serra – ainda são presenciados no novo local de moradia, afinal “*em qualquer lugar que você for, se tirar um favelado, tirar 50 da favela e colocar 50 lá na Savassi, vai ser a mesma coisa, não vai mudar em nada*”, principalmente devido ao fato de todas as famílias que ocuparam os conjuntos habitacionais serem provenientes do Aglomerado, ou seja, a interação entre esses sujeitos sustenta a identidade anterior e mantém a autoimagem.

Assim, as contradições identificadas nesse estudo resultam da superposição das múltiplas lógicas colocadas para os sujeitos, das várias formas de estratificação sobrepostas as quais submetem os indivíduos na estrutura dos sistemas; as representações produzidas são resultado desse emaranhado de interações. Um fator que pode enfatizar as concepções contraditórias é o tempo de ocupação nos residenciais que é relativamente curto, aproximadamente um ano e meio e um ano para os conjuntos da Rua União/Herval e Rua F, respectivamente. Todo processo de adaptação requer um tempo e nesse período a memória e práticas recentes do local de *origem* podem ainda ser marcantes, fazendo com que os reassentados não se sintam de fato em uma nova localização social.

A localização social designa, a princípio, os papéis e identidades dos sujeitos, apesar do processo não ser completo para todos. As outras identidades dos sujeitos podem influenciar em maior ou menor grau, e aqui cabe indagar em que medida a nova identidade se torna mais evidente e sobreposta no contexto de reassentamento em conjuntos habitacionais, com o passar do tempo? Ainda, é possível programar e implementar ações pela Política Municipal de Habitação que reparem o descompasso entre localização social e identidade?

Esse estudo de caso cujo tema procurou apresentar uma dimensão simbólica de consciência não se esgota em si mesmo, mas pretende contribuir para um maior entendimento junto aos profissionais que trabalham no acompanhamento dessas famílias no âmbito da política urbana habitacional no que se refere às possíveis lacunas na adaptação dos beneficiários nas moradias verticalizadas, além de fornecer pontes para novos estudos, e aqui deixamos uma possível contribuição: considerando que a vizinhança dos conjuntos habitacionais construídos pelo poder público não apresenta boa receptividade com relação aos novos vizinhos, além do fato de não ter sido mencionada em nenhuma das entrevistas utilizadas para a análise do presente trabalho, como se dá a relação estabelecida entre os moradores dos conjuntos da Rua F e Rua União/Herval e seu entorno imediato, qual seja, os moradores dos bairros da Serra e São Lucas?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Andrea S.; MAGALHÃES, Maria Cristina F. de. Programa Vila Viva: Intervenção Estrutural em Assentamentos Precários. Adaptado e atualizado em 2013. **UH Revista Urbanização e Habitação**. Belo Horizonte, ano I, n 1. p. 31-36, jan. 2014.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Ranking do IDHM**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

BELO HORIZONTE (MG). **Lei Municipal nº 7.166 de 27 de agosto de 1996**. Estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no município. Belo Horizonte, 1996.

BERGER, Peter. **Perspectivas sociológicas**: uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 2001, cap. 4 e 5.

BOURDIEU, Pierre *et al.* **Efeitos de lugar**. In: A miséria do mundo. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

COBRAPE. **Relatório de Avaliação Ex-post das famílias realocizadas em função das obras do Programa Vila Viva Serra II**. Belo Horizonte, 2015. (Relatório Técnico).

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1993, cap. 5 e 6.

COMPANHIA URBANIZADORA E DE HABITAÇÃO DE BELO HORIZONTE. **Plano Global Específico Aglomerado da Serra**: etapa de diagnóstico. Belo Horizonte: URBEL, 2000.

COSTA, Náthalie Rose Fernandes. **Efeitos do lugar**: representações dos moradores sobre os conjuntos habitacionais da Vila Senhor dos Passos. 2011. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2011.

EVANGELISTA, June Leroy. **Desmanchando adobes**: construindo caminhos? Um estudo sobre urbanização e segregação no Programa Vila Viva Aglomerado da Serra. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2012. Capítulo 3.

FARIA, Vilmar E. Cinquenta anos de urbanização no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, nº 29. Março. 1991 p.98-119.

FILGUEIRAS, Wanja Ribeiro dos Santos. **“Cidade Jardim: fundos”**: A Vila Monte São José e as imagens sobre o lugar favela. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2009.

GOFFMAN, E. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988, cap. 1.

GUIMARÃES, Berenice Martins. **Favelas em Belo Horizonte** – tendências e desafios. In: XVI Encontro Anual da ANPOCS Caxambu, 1992. Grupo de trabalho de Estudos Urbanos Representações e Políticas Públicas.

GUIMARÃES, Berenice Martins. **Cafuas, barracos e barracões** - Belo Horizonte, cidade planejada. 1991. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, cap. 1.

GUIMARÃES, B.M; TEIXEIRA, J.G. **O Plano Diretor**: a formulação de uma política. Belo Horizonte: CEURB/UFMG. Dez. 1996.

JANNUZZI, Paulo *et al.* Estruturação de sistemas de monitoramento e especificação de pesquisas de avaliação, os problemas dos programas públicos são. In: ENAP. **Avaliação de Programas Sociais**. Brasília, ENAP-EIAPP. 2009.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. "Entrevista narrativa". In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 90-113.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2010. Parte I, cap. 2 e 3.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. O que é a favela, afinal? In: SILVA, Jailson de Souza *et al* (Org.). **O que é a favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro. 2009.

OLIVEIRA, Márcio S.B.S de. Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 19, n. 55, p. 180-186, Jun. 2004.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Mapas da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo**. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/contents.do?evento=conteudo&lang=&idConteudo=128338&chPlc=128338>. Acesso em: 01 mar. 2016.

ROLNIK, Raquel. É possível uma política urbana contra a exclusão? In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 72, ano XXIII, nov.2002. p. 53 a 61.

SINGER, Paul. **O capitalismo**: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. 7 ed. Coleção Polêmica. Editora Moderna, 1991, cap. 4.

STOCCO, Lauro. **Relatórios de Trabalho 1 e 3**. MDS. 2010.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela** – Do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

ANEXO - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS QUALITATIVAS

INICIAÇÃO/NARRAÇÃO CENTRAL

- ➔ - Estamos aqui para ouvir a **sua história** a respeito de todo o processo de reassentamento da Prefeitura em que você e sua família foram envolvidos, desde o período em que chegou na Vila [Conceição ou Novo São Lucas] e as condições em que ali viviam até à situação atual.
- Queremos que você conte a **sua história** na Vila [Conceição ou Novo São Lucas] e a sua visão deste processo de mudança de moradia...
-

QUESTIONAMENTOS

Território de Origem

- Local: relação do morador com a infraestrutura local, relações, satisfação com o local
- Moradia: relações, condições, inserção no território

➔ Então vamos começar pela sua chegada no Aglomerado da Serra? Como chegou até lá? Conte-nos este início lá na Vila [Conceição ou Novo São Lucas]

➔ Como era o seu local de moradia?
As relações com o lugar
Lembranças (positivas e negativas) do local
Relações de vizinhança e com a comunidade

➔ Qual era o seu sentimento em estar morando naquele local?
Morar naquele lugar significava o quê pra você em relação à cidade?

Processo de Remoção e Reassentamento

- Como aconteceu o processo

➔ Você pode me contar sobre todo o processo de reassentamento desde o início até a mudança (*Me conte como foi a história da remoção da sua moradia até o momento de mudança para este AP/Casa*)
No momento em que você ficou sabendo que iria sair, como foi isso para você e sua família?
(Você pode me falar um pouco sobre as suas expectativas deste processo de reassentamento?)

Fale um pouco sobre como a sua família reagiu, quais os sentimentos e impressões com relação a todo este processo)

Território de Destino

- Relações com o território atual
- Impactos na família, trabalho, moradia

➡ Agora você poderia me falar um pouco desse novo local de moradia
Descrever o local onde você mora atualmente

➡ Como você se sente morando neste novo lugar

➡ Eu queria que você falasse um pouco sobre suas expectativas/o que você espera desse novo lugar de moradia

Você poderia falar como se sente hoje em relação à sua situação anterior?

IDENTIFICAÇÃO DO ESTREVISTADO (*pós gravação*)

- Nome
- Idade
- Naturalidade
- Escolaridade
- Profissão
- Local de origem

Representações sociais significam:

- a maneira como os grupos sociais constroem e organizam diferentes significados dos estímulos do meio social e as possibilidades de respostas que podem acompanhar esses estímulos (Jodelet, 1993);
- São construções simbólicas da realidade;
- Através de operações mentais (atenção, percepção e memória) esse objeto é substituído por um SÍMBOLO que se faz presente quando o objeto está ausente (Moscovici, 1984);
- As RS implicam um significado comum de objetos ou eventos sociais para os membros de uma comunidade;

- Para Jodelet (2002), as representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.